

Missão: Alentejo

Revista da Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Alentejo



Destaque

Comunicação social
e desenvolvimento
regional

Qualifica

CCDR Alentejo acolhe
Centro Qualifica para a
Administração Pública,
Regional e Local

PRR

Investimentos do Plano de
Recuperação e Resiliência
com intervenção da CCDR
Alentejo

02

ccdr-a.gov.pt



Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Site: <https://www.poctep.eu/>

Facebook: <https://www.facebook.com/poctep>

Twitter: <https://twitter.com/POCTEP>



Ficha técnica

PROPRIEDADE

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira nº193 7004 -514
Tel. 266 740 300
E-mail: geral@ccdr-a.gov.pt

DIRETOR

António Ceia da Silva

DIRETORES EXECUTIVOS

Carmen Carvalheira e Anibal Costa

CONSELHO EDITORIAL

António Ceia da Silva, Carmen Carvalheira, Anibal Costa, Figueira Antunes, Filipe Palma, Cláudia Henriques, Tiago Teotónio Pereira

CONSELHO REDATORIAL

Claudia Henriques, Mário Simões, Ana Custódio

COLABORARAM NESTE NÚMERO

António Realinho
Pedro Santos
Paulo Beliche
Maria José Santana
Gonçalo Costa
Tiago Teotónio Pereira
Nílza Caeiro
Ana Alfaiate
Joaquim Condeça
Patrícia Gomes da Silva
Teresa Godinho
João Grilo
Marcos Nogueira
Sandra Jorge
Carlos Carona
Maria Graça Carvalho
Luís Santos
Mário Simões
Benedita Peixe
Maria Reina Martin
José Rilhas
Herminia Vasconcelos Vilar
Luís Loures
Mária Carvalho
Maria do Carmo Morgado
Ana Paula Amendoeira
Carlos Zorrinho

CAPA

Freepik

FOTOGRAFIA

Carmen Carvalheira
Mário Simões
Arquivo CCDR Alentejo
Convidados

CONCEÇÃO

Equipa Multidisciplinar para a Comunicação, Relações Públicas e Protocolo

CONCEÇÃO GRÁFICA, PAGINAÇÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTOS
Caminho das Palavras

PERIODICIDADE

Quadrimestral

TIRAGEM

200 exemplares

ISBN

978-972-644-125-0

DEPÓSITO LEGAL N.º

502256/22

EDIÇÃO

Setembro 2022

Índice

EDITORIAL

03 Fazer o melhor

QUEM SOMOS E O QUE FAZEMOS

04 Serviço Sub-Regional de Beja: exemplo a seguir

05 Serviço de Portalegre decisivo para aproximar a CCDRA da sub-região

06 Sub-Regional do Litoral presente no controle da qualidade do ar e nos estudos científicos

07 A Avaliação de Impacte Ambiental

ALENTEJO 2020

08 Comité de Acompanhamento do PO Regional voltou a reunir-se de forma presencial

09 Alentejo 2020: Casos de sucesso

ALENTEJO 2030

10 A diferença entre “ter” e “usar” a estratégia e o caminho para o 2030

PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

12 Investimentos do Plano de Recuperação e Resiliência com Intervenção da CCDRA

QUALIFICA

14 CCDD Alentejo acolhe Centro Qualifica para a Administração Pública Regional e Local

15 Administração Pública motivada e estratégia de valorização dos serviços

15 Intervenção do Centro Qualifica e seus destinatários

15 O PRR e a aposta no RVCC

15 Acelerador Qualifica como incentivo

PROJETOS

16 Aplicações WebSIG na Fiscalização ambiental e territorial

18 “Bairros Saudáveis”: um exemplo de verdadeira política pública

20 Redes colaborativas para soluções integradas

22 Um Alentejo Mais Azul- Projetos de cooperação entre a ADRAL, a CCDRA e os parceiros regionais mostram o caminho para a promoção da Economia Azul na região

24 Alentejo em Bruxelas

COOPERAÇÃO

25 O Alentejo na Conferência das Regiões Periféricas Marítimas

ESTUDOS - ANÁLISE REGIONAL

26 O Alentejo e a Coesão

OPINIÃO

27 2020/30 - A década do Alentejo?

AUTARQUIAS

28 Acrescentar valor às qualificações e às competências dos recursos humanos na Administração Local

FEIRAS

30 No regresso do público à Ovibeja, CCDD Alentejo apresentou o novo stand

31 Na Feira de S. João, em Évora, CCDRA deu destaque ao Centro Qualifica

32 Feira da Luz/Expomor: onde o mundo rural e urbano se une para desenvolver o Alentejo

DESTAQUE

34 Comunicação e desenvolvimento regional

36 Seis anos de Incentivos do Estado à Comunicação Social nas Comissões de Coordenação

38 Rádio e Jornal “A Planície” com melhores infraestruturas físicas para servir a população

39 Rádio M24: agora sim, a ver a planície e o mar

CURIOSIDADES

40 O Alentejo surpreende sempre... pela qualidade!

41 Há 25 anos, ficámos a saber quem era quem na Comunicação social alentejana e extremenha

CASA DO PESSOAL

42 O associativismo na administração pública presta um enorme serviço público

ENSINO

44 A Universidade de Évora pronta para responder aos desafios estruturais do Alentejo

45 Por um ALENTEJO melhor e mais competitivo...

46 IPBeja: um polo de atratividade de jovens para o interior do Alentejo

ALENTEJANO PELO MUNDO

47 Maria do Carmo Morgado, as pessoas, o mundo..., mas sempre o Alentejo

CULTURA

48 Cultura no Pós Alentejo-2020 - Da democratização à Democracia Cultural

51 A Transformação do Presente

PERSONALIDADE

52 Madeira Piçarra: Tudo isto é obra dos apaixonados e só eles têm o privilégio de levantar o mundo

AS NOSSAS TERRAS

54 Com cadernos e lápis na Casa das Letras em Cabrela podemos escrever... emoções

HOJE TERMINO EU

56 Juntos pelo Alentejo



Site: <http://www.alentejo.portugal2020.pt/>

Facebook: <https://www.facebook.com/Alentejo.Portugal2020>

Twitter: <https://twitter.com/Alentejo2020>



Fazer o melhor

António Ceia da Silva,
Presidente da CCDR Alentejo



Os últimos meses têm sido de um trabalho intenso e profícuo em torno de quatro eixos fundamentais para o futuro do Alentejo.

Um centrado no presente e que tem que ver com a execução do PO Regional e cujos resultados positivos obtidos na execução do Programa Operacional Regional mostram que se registou o maior incremento ao nível da execução, desde o início deste quadro comunitário de apoio.

Disso mesmo vamos dar nota na presente edição da Missão: Alentejo, dando conta da aprovação do Relatório Anual de Execução 2021 do Alentejo 2020, bem como dos trabalhos com vista à preparação do seu encerramento, tendo como objetivo a aceleração da execução do Programa Operacional.

No número 2 da “nossa” Revista damos também destaque ao papel da CCDRA no PRR.

Ao assumir o papel de Beneficiário Intermediário, a CCDR Alentejo tem, entre outros, investimentos da sua responsabilidade nas Áreas de Acolhimento Empresarial, dando-se, aqui, destaque para as duas candidaturas aprovadas para o Alentejo, uma do Município de Beja e outra do Município de Campo Maior.

Outras das responsabilidades do PRR no Alentejo são as ligações transfronteiriças, nomeadamente, a Ponte Internacional sobre o Rio Sever e as Áreas de Acolhimento Empresarial – Acessibilidades Rodoviárias na Rotunda na EN246 para acesso à zona industrial de Portalegre

O terceiro eixo centra-se no presente, mas também se projeta no futuro. O novo Programa Regional já está delineado. Vai contar com uma dotação total de 1.104,6 M€ e a sua programação é feita em torno de cinco objetivos estratégicos da União Europeia: uma Europa mais inteligente, mais verde, mais conectada, mais social e mais próxima dos cidadãos, com o apoio de dois fundos europeus: FEDER e FSE; e, ainda, do Fundo para a Transição Justa, para o Litoral Alentejano, mobilizando a totalidade dos recursos disponíveis, de forma articulada e coerente, no respeito pelos princípios da simplificação, da transparência, da parceria, da eficácia, da eficiência e da orientação para resultados.

O processo negocial do Alentejo 2030 é o culminar de um trabalho iniciado pela CCDR Alentejo, em 2018, o qual foi amplamente trabalhado a nível regional, envolvendo todos os parceiros e agentes do território, através da realização de vários eventos, debates e sessões técnicas.

Por último, mas não menos importante, destacamos na edição de setembro da Revista Missão: Alentejo, o trabalho que tem sido realizado no Gabinete de Incentivos à Comunicação Social da CCDRA que, nestes tempos, não só difíceis em termos financeiros, mas também, e principalmente, tempos de incerteza quanto à natureza da comunicação, tem vindo a apoiar os media regionais numa lógica de política de proximidade que tem resultado em benefício para os órgãos de comunicação social da Região.

Aquilo que aqui vamos mostrando, as “estórias” que aqui contamos, o espaço que damos aos que pensam o Alentejo é um pequeno contributo para todos juntos fazermos o melhor pelo Alentejo. Boa leitura!



Serviço Sub-Regional de Beja: exemplo a seguir

Texto
Pedro Santos,
Responsável
do Serviço
Sub-Regional
de Beja

São dezoito os trabalhadores que asseguram o funcionamento do Serviço Sub-Regional de Beja da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, seis dos quais afetos ao Programa Operacional Regional do Alentejo-Alentejo 2020.

Em véspera de mudar para instalações modernas e mais condizentes com a qualidade do trabalho que se tem vindo a realizar em Beja, de referir que estes trabalhadores asseguram, na sua área de influência, todos os concelhos do distrito de Beja, com uma área total de 10 226 Km², equivalente a cerca de 11.1% da área de Portugal, e com uma população total residente de 144 465 habitantes, a realização das suas atribuições e das competências, nomeadamente nos domínios do ordenamento do território e do ambiente.

As competências da CCDR Alentejo no seu todo, têm vindo a alcançar os seus objetivos muito graças ao trabalho da equipa liderada por Pedro Santos, o responsável pelos Serviços de Beja, que asseguram o atendimento e prestam todas as informações relevantes para os utilizadores dos serviços da CCDRA, bem como para o público em geral. Procedem, também, à receção, verificação, instrução, informação e encaminhamento de processos nos domínios de atuação dos referidos serviços.

Dentro das suas competências a nível da Direção de Serviços do Ordenamento do Território, os serviços de Beja da CCDRA, realizam o acompanhamento dos Instrumentos de Gestão Territorial e elaboram os pareceres exigidos pela legislação aplicável, incluindo os de âmbito da política das cidades e da conservação da natureza e da biodiversidade, entre outros.

No que à fiscalização diz respeito, prestam apoio à Direção de Serviços de Fiscalização, através da realização de ações de fiscalização técnica, nos domínios do ambiente e do ordenamento do território, designadamente no que concerne às emissões de poluentes para a atmosfera ou para o solo e à proteção e melhoria da qualidade do ar e do solo, entre outros.

Pode dizer-se que, como serviço desconcentrado, o Serviço Sub-Regional de Beja constitui-se uma estrutura de proximidade da decisão e da operacionalização de políticas públicas, permitindo o acesso aos serviços prestados pela CCDRA, criando dinâmicas de contiguidade e reforçando a coesão territorial.

Serviço de Portalegre decisivo para aproximar a CCDRA da sub-região

Texto
António
Realinho,
Responsável
do Serviço
Sub-Regional
de Portalegre

Abrangendo uma área de intervenção de quinze concelhos da NUTS III “Alto Alentejo”, correspondente ao antigo distrito de Portalegre, o Serviço Sub-Regional de Portalegre da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo tem, nesta altura, nove funcionários, dois dos quais exercem funções no âmbito do programa Alentejo 2020.

Situada bem no centro de Portalegre, os serviços da CCDRA no Alto Alentejo, sob a coordenação de António Realinho, têm vindo a ter uma ação decisiva no apoio eficiente e efetivo aos serviços da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo no desenvolvimento das suas atribuições e competências, designadamente nos domínios do ordenamento do território, do ambiente e da administração local.

A sua atividade permite “aproximar” a Comissão de Coordenação da sub-região, com benefício mútuo para si própria e para os vários agentes com quem se relaciona (particulares, instituições e autarquias), designadamente, entre outros aspetos, devido à disponibilidade, à proximidade e ao me-

lhor conhecimento do território que esta, por definição, proporciona.

O Serviço Sub-Regional de Portalegre tem como missão fundamental, que não a única, colaborar com a Direção de Serviços do Ordenamento do Território, no seguimento da política de cidades e da conservação da natureza e da biodiversidade, na gestão entre outros, de processos nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e no acompanhamento, na análise e na elaboração de pareceres legalmente exigidos pela legislação aplicável.

Com a Direção de Serviços de Fiscalização, estes serviços são extremamente importantes no desenvolvimento de ações de fiscalização, programadas ou na sequência de reclamações ou denúncias recebidas, dos impactes ambientais, das emissões de poluentes para a atmosfera ou para o solo e proteção e melhoria da qualidade do ar e do solo, bem como, entre outras, na realização de ações dirigidas aos operadores de gestão de resíduos identificados no Plano Nacional de Fiscalização e Inspeção Ambiental (PNFIA) e em diversas matérias de ambiente e de ordenamento do território.



Sub-Regional do Litoral presente no controle da qualidade do ar e nos estudos científicos

—
Texto
Paulo Beliche,
Responsável
do Serviço
Sub-Regional
do Litoral

Neste grande Alentejo que tem planície e serra tem também mar, uma costa alentejana ímpar e que, por vezes, passa despercebida a muitos (cada vez menos portuguesas), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo marca presença e tem instalado, em Santo André, o Serviço Sub-Regional do Litoral, onde cinco funcionários, sob a liderança de Paulo Bliche, trabalham numa área que inclui 5 concelhos (Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira).

Embora a área geográfica abrangida pelo Serviço Sub-Regional do Litoral seja composta pelos concelhos referidos, o concelho de Odemira, mesmo fazendo parte da sub-região do Alentejo Litoral, atendendo ao facto de estar integrado no Distrito de Beja, ficou sob a jurisdição dos serviços de Beja, nomeadamente nas áreas da fiscalização e do ordenamento do território.

Nos concelhos que estão sob a alçada da delegação do Litoral alentejano, são desenvolvidas atividades nas áreas do ordenamento do território com a análise e a emissão de pareceres, no âmbito do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN), e na fiscalização, com a operacionalização do Plano Nacional de Fiscalização e Inspeção Ambiental (PNFIA), e ações de verificação do cumprimento dos pareceres emitidos ao abrigo do RJREN.

A delegação do litoral alentejano tem, ainda, a seu cargo a operação e a gestão da rede de estações de monitorização da qualidade do ar da região Alentejo, que é composta por duas zonas: Alentejo Interior e Alentejo Litoral.

Nestas zonas, encontram-se a funcionar, em contínuo, 5 estações fixas: Monte Velho, Monte Chãos, Sonega e Santiago do Cacém, na zona do Alentejo Litoral, e a estação de Terena, na zona do Alentejo Interior, existindo, ainda, uma estação móvel que é usada para monitorizar situações específicas decorrentes de solicitações de autarquias ou de entidades terceiras ou para estudos de avaliação das condições da qualidade do ar, em determinadas áreas, e a sua evolução ao longo do tempo.

No âmbito da qualidade do ar, o Serviço Sub-Regional do Litoral participou em estudos científicos realizados na área da plataforma industrial de Sines, como o projeto SinesBioar e o projecto GISA, em que as equipas multidisciplinares foram, em ambos os projetos, constituídas por elementos do Instituto Superior Técnico, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, do Instituto Superior das Ciên-



cias do Trabalho e da Empresa e da CCDR Alentejo, através da sua delegação no litoral, tendo, ainda, participado, com a estação móvel, no projecto ALEX (Alqueva hydro-meteorological EXperiment), desenvolvido pela Universidade de Évora.

Atendendo à dinâmica de desenvolvimento que a sub-região tem atualmente e o potencial futuro que se prevê, será cada vez mais premente o acompanhamento dessas dinâmicas no terreno. A CCDR, através do serviço do litoral, tem um papel muito importante a desempenhar, tanto a nível do ordenamento do território como da proteção ambiental, para que possam ser minimizadas, ou mesmo evitadas, ações que possam vir a comprometer os ecossistemas, em presença na sub-região, e as pessoas que sempre aqui viveram.

As atividades desenvolvidas e já mencionadas por este serviço serão, sem dúvida, essenciais para que a sub-região se desenvolva numa forma consistente e sustentável. Para isso, a equipa de que, atualmente, dispõe deverá ser reforçada com novos elementos, para, assim, aumentar a capacidade de intervenção no território.

A Avaliação de Impacte Ambiental

A Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) é um instrumento transversal e preventivo da política do Ambiente, que visa identificar, avaliar e corrigir os efeitos ambientais negativos que os projetos públicos e privados geram e garantir que as implicações ambientais de um projeto são devidamente consideradas na decisão final sobre a sua viabilidade.

O atual regime jurídico da AIA é enquadrado, em termos comunitários, por várias Diretivas Europeias e, em termos nacionais, pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro. Este diploma regulamenta o procedimento e as componentes da AIA, define e atribui competências às entidades intervenientes, determina os procedimentos de pós-avaliação e lista as várias tipologias de projetos diretamente sujeitas a procedimento de AIA.

O processo de AIA é complexo e envolve vários atores, entre os quais se salientam o proponente, a entidade licenciadora, a Autoridade de AIA e a Sociedade Civil.

Em termos gerais, o proponente, que corresponde ao promotor do empreendimento, é o responsável pela elaboração do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) - o suporte material do procedimento de AIA -, e pelo seu envio à entidade licenciadora, que o remeterá à Autoridade de AIA. Esta entidade é a responsável pela coordenação técnica e administrativa do procedimento de AIA. Dependendo da tipologia do projeto e/ou da abrangência territorial do mesmo, poderá ser a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) ou a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da região onde o projeto se localiza. Nos casos em que a APA é a Autoridade de AIA, a respetiva CCDR integra a Comissão de Avaliação do EIA, contribuindo, desta forma, para a decisão sobre projetos na sua área de jurisdição.

O processo de AIA inclui, obrigatoriamente, uma componente de participação pública, reforçando, assim, o papel da Sociedade Civil. A sua participação é vista como um dos elementos essenciais do processo de tomada de decisão e possibilita a intervenção em domínios interditos, até à data, ao público em geral e ao público afetado pelos projetos. Para facilitar a informação do público, o portal Participa.pt (também acessível através do *website* da CCDR Alentejo), dispõe de uma área dedicada à Consulta Pública dos processos de AIA, onde se encontram disponíveis os vários documentos que constituem o EIA, permitindo, assim, o seu acompanhamento e a consulta do público.

Em termos processuais, a AIA decompõe-se em várias fases que culminam na emissão da Declaração de Impacte Ambiental (DIA), a decisão final sobre a viabilidade da execução dos projetos, formulada pelo órgão máximo da APA ou da CCDR, após apresentação da proposta de DIA pela Autoridade de AIA.

Desde a entrada em vigor do regime jurídico de AIA, nos moldes atuais, no ano de 2000, até à presente data, a CCDR Alentejo (ou a entidade da tutela do Ambiente que a antecedeu), enquanto Autoridade de AIA, executou os procedimentos de avaliação de impacte ambiental de 240 projetos, destacando-se as três tipologias que englobam o maior número de projetos: “agricultura, silvicultura e aquicultura”, sobretudo as instalações de pecuária intensiva; “turismo”, com projetos sobretudo direcionados para um mercado de luxo respeitantes a empreendimentos turísticos, unidades hoteleiras ou campos de golfe; “indústria extrativa”, inserindo-se na subcategoria “pedreiras” e, ainda, em menor número, os loteamentos industriais e os loteamentos urbanos.

Enquanto constituinte das Comissões de Avaliação, verificou-se a participação na avaliação de 250 EIA, destacando-se os referentes a projetos de barragens, minas a céu aberto, unidades industriais de grande dimensão ou estruturas lineares como autoestradas e estradas, vias para o tráfego ferroviário de longo curso e linhas aéreas de transporte de eletricidade e, mais recentemente, grandes projetos de produção de eletricidade a partir de fontes de energia renovável.

É, ainda, de destacar a participação da CCDR Alentejo na avaliação de projetos associados ao Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva (quer na qualidade de Autoridade de AIA, quer de entidade participante na CA), dado o seu elevado número - 50 processos de AIA, entre blocos de rega e circuitos hidráulicos.

Através da consagração de procedimentos de pós-avaliação em todas as fases da execução do projeto, foi, igualmente, dada importância acrescida à verificação da efetiva adoção das medidas recomendadas nas DIA. Encontram-se nesta situação todos os projetos com DIA emitida e cuja execução se efetivou.

Texto
Maria José
Santana,
Diretora de
Serviços de
Ambiente



Comité de Acompanhamento do PO Regional voltou a reunir-se de forma presencial



Após um período em que, devido à pandemia, estes encontros tiveram de ser realizados à distância, foi, novamente, possível reunir presencialmente os principais parceiros regionais, tendo sido disponibilizada, também, a possibilidade de participação, através de vídeo conferência, num formato híbrido. Realizou-se no passado mês de maio, em Évora, a 14ª reunião do Comité de Acompanhamento do Programa Operacional Regional do Alentejo, Alentejo 2020.

O Comité de Acompanhamento foi presidido pelo Presidente da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Alentejo, António Ceia da Silva, que esclareceu os principais *stakeholders* regionais, do desempenho do Programa e levou à discussão e aprovação dos principais documentos estratégicos e das opções de gestão futuras.

Para além dos parceiros regionais, estiveram presentes representantes da União Europeia, nomeadamente da DG Região e DG Emprego, da Agência de Desenvolvimento e Coesão e dos Gabinetes da Ministra da Coesão, Ana Abrunhosa, e da Ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva.

No decorrer da reunião, foram debatidas e aprovadas, entre outros, o relatório anual de execução 2021, feito o ponto da situação da execução do programa, da preparação para o encerramento do programa e da situação do plano de avaliação, tendo, igualmente, sido apresentados alguns projetos.

Destaque para os resultados positivos obtidos na execução do Programa Operacional Regional, que se consubstanciaram no maior incremento ao nível da execução, desde o início deste quadro comunitário de apoio.

Foi aprovado o Relatório Anual de Execução 2021, estando, já, a realizarem-se os trabalhos, com vista à preparação do encerramento, com destaque para as várias reuniões realizadas com os beneficiários, tendo como objetivo a aceleração da execução do Programa Operacional.

Mereceram, ainda, destaque os avisos de concurso em preparação com a aprovação condicionada à disponibilidade financeira, os exercícios de Overbooking FEDER e FSE, o processo de ajustamento entre o valor do compromisso e a real capacidade de execução dos promotores e a reprogramação do Programa.

Várias avaliações estão, já, concluídas, havendo outras ainda em curso, com vista a aferir dos resultados qualitativos e quantitativos da aplicação dos fundos no território.

Neste Comité, a Câmara Municipal de Évora fez uma apresentação referente ao processo de Requalificação e Adaptação do Palácio de D. Manuel a “Centros de Acolhimento Turístico e Interpretativos de Évora e Alentejo Central”, tendo o Instituto Politécnico de Portalegre apresentado o Projecto “BioBIP 2 – TechTRANSFER” e, ainda, a Câmara Municipal da Vidigueira deu a conhecer o “Centro Interpretativo do Vinho da Talha”.

Texto
Gonçalo Costa,
Secretário
Técnico –
Unidade de
Coordenação
e Controlo
ALENTEJO 2020

Alentejo 2020: Casos de sucesso

Beneficiário

Associação Beneficência de Selmes e Alcaria

Designação da operação

Construção da Unidade de Internamento de Cuidados Continuados de Convalescência – Selmes

Código da operação

ALT20-06-4842-FEDER-000034

Concelho

Selmes, Vidigueira

Investimento elegível aprovado

3 532 026,95€

FEDER aprovado

3 002 222,89€

Descrição

Construção do edifício da unidade de cuidados continuados de convalescência em Selmes, Vidigueira. A implementação deste projeto permitiu reforçar a rede de equipamentos sociais no concelho, colmatando uma resposta social inexistente na freguesia de Selmes e em todo o concelho de Vidigueira. Criou-se, assim, uma nova resposta social de internamento, a qual se insere nos objetivos definidos pela Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).



Beneficiário

Centro de Biotecnologia Agrícola d Agro-Alimentar do Alentejo – CEBAL

Designação da operação

LentiDev - Uma abordagem molecular à porosidade da cortiça

Código da operação

ALT20-03-0145-FEDER-000020

Concelho

Beja

Investimento elegível aprovado

361 295,68€

FEDER aprovado

307 101,32€

Descrição

Este projeto aborda a porosidade da cortiça, um dos principais parâmetros para a determinação da sua qualidade, razão pela qual algumas árvores desenvolvem cortiça com numerosos poros, contribuindo para a má qualidade da cortiça; enquanto outras desenvolvem cortiça com poucos poros. Assim, o projeto contempla o estudo integrado de transcritômica, metabolômica e genética reversa para a identificação e validação de marcadores genéticos e moleculares associados à porosidade da cortiça, sendo este o fator principal definidor da qualidade. Para além disso, visa contribuir para o aumento do conhecimento sobre as bases genéticas do seu desenvolvimento, para ser utilizado na seleção precoce de árvores para propagação.





A diferença entre “ter” e “usar” a estratégia e o caminho para o 2030

Texto

Tiago Teotónio Pereira,
Vogal Executivo ALENTEJO 2020

A realidade dos tempos que vivemos vai moldando o contexto de construção de políticas e a forma como olhamos para a estratégia e os planos que foram sendo elaborados neste período. Não há como fugir. A guerra da Ucrânia, a pressão energética e a inflação são o bálsamo para um trabalho de adaptação constante dos programas que se querem, cada vez mais, ágeis e dinâmicos.

Mas qual é, então, o lugar da estratégia? Quando olhamos para o ciclo de programação 21-27 temos um elemento fundamental que é a Estratégia Regional de Especialização Inteligente, documento que estabelece o conjunto de domínios de especialização em que a região deve apostar no caminho do Alentejo 2030. A EREI 2030 “constituiu um elemento importante do processo coletivo, demorado e partilhado, que permitiu o debate aprofundado de ideias e um alinhamento na estruturação estratégica regional”.

Neste seguimento, importa cruzar a EREI com a estratégia regional e a estratégia do próprio Programa 2030, bem como os seus desafios. Olhando para os domínios transversais, há um alinhamento geométrico com a realidade, com a necessidade de Digitalizar a Economia – pressuposto, em larga medida, acelerado com a pandemia e que ilustrou bem algumas dificuldades competitivas territoriais – e a Circularidade – que, em combinação com a poupança energética, constitui um tremendo desafio para todos os atores regionais.

A Comissão Europeia tem, ao longo da negociação do Programa Regional 2030, puxado por dois temas que devem também pautar a conceção de políticas na ótica multinível: *REPowerEU* e *New European Bauhaus*. Em primeiro lugar, o plano energético da EU tem três pilares que inspiram as linhas de ação, a seguir pelos estados-membros e regiões, que são a poupança energética, a produção de energia limpa e a diversificação do nosso aprovisionamento energético. Neste senti-

O foco deste período de programação é (...) a Demografia e esta merece um uso efetivo da Estratégia.

do, o Alentejo tem de assumir o seu papel central na perspetiva da produção, armazenamento e logística dos fluxos energéticos à escala europeia. A iniciativa *do novo Bauhaus europeu* liga as questões do *green deal* à cultura e inclusão, à forma como vivemos e como queremos habitar os nossos centros urbanos, pelo que este é um tema que deve merecer a nossa adesão e mobilização.

O Programa Regional do Alentejo 2030 responde a estes desafios, mas na perspetiva da sua operacionalização dos seus grandes desígnios deve contar com o posicionamento do território e dos seus atores. Numa altura de seca severa, num contexto de fortes consequências das alterações climáticas, os Investimentos Territoriais Integrados (ITI) podem aportar algum tipo de respostas inovadoras para este desafio, nomeadamente o ITI Água em parceria com a região do Algarve; o investimento do Hospital Central do Alentejo, no atual ciclo de programação, deve ter uma nova exigência de futuro, rodeando-o de uma forte componente de criação de competências e formação; o *cluster* estratégico das energias renováveis do Alentejo Litoral deve ser combinado com fortes medidas de serviços de interesse geral, como contributo para a fixação de talentos e de mão de obra; o investimento atual da ferrovia tem de significar um posicionamento regional na logística e na reestruturação profunda das cadeias de valor e os grandes investimentos do PRR, como é o caso do Empreendimento de Fins Múltiplos do Crato, têm de ser completados com a estruturação necessária de investigação e desenvolvimento.

Esta exigência, em relação ao futuro, tem de se colocar também em relação ao Programa Regional 2030. Olhando para os domínios da competitividade (OP1), temos de encarar os objetivos específicos com a dose certa de disrupção, no sentido de acompanhar a forte dinâmica de especialização inteligente do território. Quando abordamos o reforço da investigação e inovação, é importante procurar uma resposta integrada – à escala regional – para o apoio

ao registo de patente e de propriedade intelectual; olhar para os apoios à modernização administrativa da administração pública, introduzindo lógicas de algoritmos e de inteligência artificial nos processos de gestão municipal e intermunicipal; cruzar o investimento empresarial produtivo com os recursos altamente qualificados; estabelecer uma rede duradoura e partilhada de animação da própria – estratégia de especialização inteligente; e, aproveitando o investimento que será feito em conectividade digital, certificar, de forma pioneira, a região para o trabalho remoto.

O caminho para o horizonte 2030 tem de ser preenchido com os restantes objetivos de política, aumentando o contributo para o nosso modelo de especialização, pelo que deixo alguns exemplos: na OP2, ter uma visão muito operativa em relação às Comunidades de energia renovável; na OP4, dado que o Alentejo é o único programa com um eixo autónomo de Inovação Social, poder disseminar as oportunidades de capacitação das nossas instituições na resposta inovadora a problemas sociais complexos; ou, na OP5, com as novas formas de provisão de Serviços de Interesse Geral, como é o aprofundamento da experiência iniciada pela CCDRA no Transporte a pedido.

São 1104,3 milhões de euros para transformar a próxima década na nossa região, tendo presente que o foco deste período de programação é, sem sombra de dúvidas, a Demografia e esta merece um uso efetivo da Estratégia, com pressupostos efetivos de Monitorização ativa, que possam acrescentar transparência e participação, com o importante equilíbrio do Potencial do nosso Território. Este é o caminho para o 2030!



Investimentos do Plano de Recuperação e Resiliência com Intervenção da CCDRA



—
Texto

Nilza Caeiro, Técnica Superior
Direção de Serviços de
Desenvolvimento Regional

Perante os graves impactos da pandemia nas economias europeias, foi criado, pelo Conselho Europeu, o *NextGenerationEU*, um instrumento temporário de recuperação e mitigação do impacto económico e social da crise, a partir do qual se desenvolve o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), onde se enquadra o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O PRR é financiado por recursos totais de 16,6 mil M€, distribuídos por cerca de 14 mil M€ de subvenções e 2,7 mil M€ de empréstimos e reúne uma visão estratégica, reformas e investimentos estruturantes a implementar até 2026.

A nível nacional, com o objetivo de negociar, contratualizar e monitorizar a execução do Plano de Recuperação e Resiliência, foi implementada, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 46-B/2021, de 4 de maio de 2021, a Estrutura de Missão “Recuperar Portugal”.

Neste processo, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo assume o papel de Beneficiário Intermediário para investimentos, pontuais, da componente de Infraestruturas e o papel de Beneficiário Final, para um investimento específico da Capacitação da Administração Pública.

A CCDR Alentejo, enquanto Beneficiário Intermédio, tem investimentos da sua responsabilidade em domínio como as Áreas de Acolhimento Empresarial, onde se pretende criar espaços piloto e de demonstração suscetíveis de criar condições de contexto que contribuam para a melhoria da competitividade das empresas instaladas, em linha com as novas agendas climáticas e digitais, testando soluções integradas.

O processo de seleção das Áreas de Acolhimento Empresarial compreendeu duas fases e, no caso específico do Alentejo, num total de 13 candidaturas apresentadas, foram aprovadas duas, uma do Município de Beja e outra do Município de Campo Maior. O valor de apoio máximo a conceder foi de 30 M€, dos quais 14,9 M€ ao Município de Beja e 15,1 M€ ao Município de Campo Maior.

O investimento do Município de Beja, visa a Requalificação da Zona de Acolhimento Empresarial Norte, para um total de 18 empresas. A Área de Acolhimento Empresarial de Beja representa uma grande oportunidade, no contexto do Alentejo, na medida em que este investimento permite gerar efeitos multiplicadores, com impactos diretos e indiretos na economia local.

O projeto do Município de Campo Maior visa a requalificação do seu Parque Industrial que, atualmente, acolhe 38 empresas e visa aumentar as vantagens competitivas das empresas já instaladas, promovendo a fixação das empresas ao disponibilizar soluções tecnológicas avançadas e implementando soluções de mobilidade sustentável e eficientes. Desta forma, repercute-se no aumento do número de postos de trabalho especializados e contribui, assim, para a dinamização deste território do interior e consequente diminuição das assimetrias regionais.

Outra da responsabilidade do PRR no Alentejo são as ligações transfronteiriças, nomeadamente a Ponte Internacional sobre o Rio Sever.

O investimento, com um apoio máximo de 9M, permitirá uma redução de 85 km na ligação entre Montalvão, no concelho de Nisa, e Cedillo, visando a reabilitação da via M1139, a construção da ponte internacional sobre o rio Sever, culminando com a ligação à via EX-375. Esta melhoria das ligações rodoviárias irá garantir uma maior proximidade e redução de custos de contexto para quem vive e trabalha nestas regiões.

Outro dos investimentos da responsabilidade da CCDR Alentejo é a nas Áreas de Acolhimento Empresarial – Acessibilidades Rodoviárias na Rotunda na EN246 para acesso à zona industrial de Portalegre.

Pretende-se modernizar a via existente, conferindo-lhe características adequadas às necessidades de capacidade e de tráfego, bem como a dotá-la com sistemas mais eficazes e preparados para as alterações climáticas, tornando-a numa infraestrutura mais resiliente.

A CCDR Alentejo (...) tem investimentos da sua responsabilidade em domínio como as Áreas de Acolhimento Empresarial.



CCDR Alentejo acolhe Centro Qualifica para a Administração Pública Regional e Local

Textos
Ana Alfaiate
Coordenado
do Centro
Qualifica AP da
CCCD Alentejo

Neste tempo de grandes transformações à escala global, com importantes e potenciais impactos na sociedade portuguesa em geral e na região Alentejo em particular, a prospetiva dos territórios e dos seus recursos humanos constitui um objetivo que importa prosseguir.

O Alentejo é uma das regiões que maior transformação deverá conhecer a médio longo prazo, em resultado não só do conjunto de grandes projetos de investimento públicos e privados que estão em execução e programados, mas também do quadro de reordenamento internacional das economias, o que coloca, ao Alentejo, importantes desafios para o seu desenvolvimento económico e social.

As mudanças constantes dos mercados de trabalho e a crescente digitalização da sociedade, bem como uma maior mobilidade, conduzem à necessidade de um reforço das competências e do desenvolvimento profissional dos trabalhadores, cada vez mais ajustados a estas novas realidades.

Nesta ótica, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2019 de 14 de fevereiro do XXI Governo Constitucional criou o Programa Qualifica AP – Administração Pública, assumiu um compromisso muito claro no sentido de revalorizar o trabalho em funções públicas e de melhorar a capacitação da Administração Pública, promovendo a sua eficiência e sustentabilidade e proporcionando condições de trabalho mais dignas para os seus trabalhadores. Este é um compromisso que se pretende em estreita articulação com a modernização do Estado, com a capacitação das instituições públicas e com a melhoria da qualidade dos serviços públicos.



Administração Pública motivada e estratégia de valorização dos serviços

Uma Administração Pública mais motivada, mais qualificada e mais competente, com condições de trabalho dignas e com horizontes de valorização profissional, é uma condição fundamental para empreender processos de transformação e inovação no setor público.

Integrado na estratégia de valorização do exercício de funções na Administração Pública e prosseguindo a estratégia definida para o Programa Qualifica, o Governo criou, através do despacho n.º 12126/2021 de 14 de dezembro, na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, um Centro Qualifica AP, como resposta às necessidades de formação dos trabalhadores que exercem funções públicas na administração central e local sediada na região. Esta criação tem como objetivo contribuir para o reforço da sua qualificação profissional e para a melhoria da eficiência e da eficácia dos serviços a prestar aos cidadãos e às empresas, sustentadas em processos de desburocratização e digitalização.

Intervenção do Centro Qualifica e seus destinatários

O Centro integra uma equipa técnico-pedagógica especializada em educação, formação de adultos em várias áreas, disponível para contribuir para a conclusão e/ou aumento das habilitações e qualificações dos trabalhadores da administração pública. Esta equipa prosseguirá a sua intervenção de forma descentralizada, em horário laboral e pós-laboral, de acordo com as necessidades dos trabalhadores e das respetivas entidades empregadoras.

São destinatários da intervenção do Centro Qualifica AP todos os trabalhadores em funções públicas na Administração Pública, Local ou Central, sem o ensino secundário completo; com baixa escolaridade, em particular sem o ensino básico completo; com percursos de qualificação incompletos, de índole escolar ou profissional e/ou trabalhadores com necessidades de atualização e reconversão profissional, com o objetivo da melhoria das suas competências e dos seus níveis de qualificação, de modo a contribuir para os objetivos de qualificação ou reconversão profissional.

O PRR e a aposta no RVCC

Para promover o reconhecimento, validação e certificação de competências – RVCC, contando, para o efeito, com o apoio financeiro da Componente 19 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – Capacitação da AP – formação de trabalhadores e gestão do futuro, o Centro Qualifica AP, visa:

(i) o alargamento da oferta de respostas na área da certificação escolar e profissional adequadas às necessidades dos serviços públicos na região, garantindo que esta medida chega aos trabalhadores em funções públicas de todo o território e

capacitando os serviços e organismos públicos para responder às exigências decorrentes das respetivas missões, atribuições e competências

(ii) contribuir para a melhoria da eficiência, da eficácia e da qualidade do serviço público a prestar aos cidadãos e aos agentes económicos e sociais.

Para a concretização destes objetivos, o Centro organizará as suas iniciativas de forma territorialmente desconcentrada, a fim de que possam ir ao encontro das necessidades dos trabalhadores e facultar-lhes qualificação, contemplando a possibilidade de aprofundamento das competências desenvolvidas no contexto da Administração Pública.

O RVCC é regulado pela Portaria n.º 61/2022 de 31 de janeiro e consiste no processo através do qual os trabalhadores têm a oportunidade de demonstrar competências adquiridas e desenvolvidas ao longo da vida por vias formais, não-formais e informais, que são passíveis de validação e de certificação para efeitos de obtenção de uma qualificação.

O reconhecimento, validação e certificação de competências destina-se a pessoas com nível de qualificação do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), inferior ao nível 5, ou que, tendo um nível de qualificação superior ao nível 5 do QNQ, procurem obter uma qualificação profissional.

Acelerador Qualifica como incentivo

O Acelerador Qualifica tem como objetivo atribuir um apoio financeiro a adultos que concluíam um nível de qualificação elegível através de um processo RVCC, estando esta atribuição condicionada à progressão escolar ou à obtenção de uma dupla certificação pelo adulto, ou seja, permitir a estes adultos a progressão da escolaridade e/ou do seu nível de qualificação, de acordo com o QNQ. Em concreto, o Acelerador Qualifica pretende aumentar os níveis de qualificação da população adulta através da atribuição de um apoio financeiro em fases maduras dos processos.

O apoio financeiro a atribuir no âmbito do Acelerador Qualifica tem um valor fixo equivalente a 1,25 vezes o Indexante dos Apoios Sociais (IAS), sendo este atualizado anualmente.

A importância do trabalho em rede – criar sinergias.

A relevância de trabalhar em rede e de estabelecer parcerias entre o Centro Qualifica da CCDR e outras entidades da administração pública será uma das prioridades do CQ. Este trabalho terá como foco a cooperação no sentido de desenvolver um trabalho conjunto, de forma a atingir objetivos comuns, gerando benefícios para todos os envolvidos, agregando valor a cada entidade e aos seus respetivos trabalhadores.

As Parcerias reduzem burocracias de ambos os lados e facilitam os processos dos envolvidos. Ao agilizar os procedimentos a nível intersetorial e interinstitucional, haverá tempo para a atuação estratégica e para a otimização dos processos RVCC e das condições oferecidas, quer no encaminhamento de trabalhadores para o Centro Qualifica quer na cedência de espaços/instalações e equipamentos essenciais à implementação das ações a realizar.

Trabalhar com todos e para todos serão as duas premissas que estarão sempre presentes na intervenção a que nos propomos concretizar.

Aplicações WebSIG na Fiscalização ambiental e territorial

—
 Texto

Joaquim Condeça,
 Chefe de Divisão
 Sistema de
 Informação
 Geográfica e
 Patrícia Gomes
 da Silva, Diretora
 de Serviços de
 Fiscalização

As crescentes potencialidades dos atuais Sistemas de Informação Geográfica (SIG) vocacionam, cada vez mais, estas plataformas como ferramentas essenciais de suporte aos processos de planeamento e de desenvolvimento e coesão territorial. Constituem-se, igualmente, como importantes sistemas de apoio à decisão, seja na elaboração de planos e de programas, seja na disponibilização de informação qualificada e transparente aos cidadãos.

A Direção de Serviços de Fiscalização (DSF) da CCDR Alentejo teve, no passado, uma atividade cuja organização não permitia a visibilidade da sua execução, com a consequente dificuldade na tomada de decisões de nível superior.

Tornava-se, assim, importante reunir a informação, de forma a permitir a sua organização para controlar, avaliar e rever resultados e estratégias.

Por outro lado, a digitalização dos serviços permitiria, igualmente, normalizar a informação entre os seus utilizadores, facilitando o seu registo de uma forma mais precisa e rápida, dotando a informação de maior fiabilidade.

A criação de funcionalidades e de aplicações em ambiente WebSIG, desenvolvidas pela Divisão de Sistemas de Informação Geográfica (DSIG) para a DSF, permitiu transformar o processo organizacional da Direção de Serviços, de forma a aumentar a produtividade, a eficiência, a eficácia e a qualidade dos serviços prestados.

A uniformização dos procedimentos de atuação e de informação obtida veio permitir, também, maior relevância jurídica e maior equilíbrio no território, acrescentando valor à tomada de decisão.

Face às dificuldades sentidas e tendo em vista maximizar o aproveitamento das funcionalidades disponíveis, a CCDR Alentejo decidiu, no quadro do seu contributo para a modernização da Administração Pública, proceder ao desenvolvimento de aplicações WebSIG que se constituem como importantes ferramentas auxiliares no cumprimento das suas atribuições em matéria de fiscalização ambiental e territorial.

Importa, aliás, salientar que o suporte para o desenvolvimento das aplicações e das funcionalidades pretendidas não pode dissociar-se. Pelo contrário, está intimamente ligado ao reconhecimento da importância dos SIG no apoio à tomada de decisão e na disponibilização da informação junto da Administração e dos cidadãos, que levou à criação, em novembro de 2020, da DSIG. Com a implementação desta nova unidade orgânica, pretendeu-se dar continuidade e consistência ao processo de estruturação de uma plataforma tecnológica transversal às diversas unidades orgânicas da CCDR Alentejo para recolha, tratamento e disponibilização da informação de suporte às suas atribuições e de apoio à tomada de decisão.

Para isso, a DSIG tem vindo a proceder à organização da informação SIG existente na CCDR Alentejo numa base de dados única e comum a todos os serviços, conduzindo à criação de um Portal SIG e ao desenvolvimento de aplicações WebSIG para disponibilização interna de informação relativa às temáticas do ambiente, ordenamento do território, projetos aprovados no âmbito do Programa Operacional Regional do Alentejo, investimento autárquico, entre outras.

É, pois, neste contexto que foram estruturadas e desenvolvidas pela DSIG quatro aplicações WebSIG, das quais duas são direcionadas para o acompanhamento do Plano Nacional de Fiscalização e Inspeção Ambiental (PNFIA). Uma terceira está vocacionada para o

A criação de funcionalidades e de aplicações em ambiente WEBSIG, desenvolvidas pela DSIG para a DSF, permitiu transformar o processo organizacional da Direção de Serviços, de forma a aumentar a produtividade, a eficiência, a eficácia e a qualidade dos serviços prestados.

registo de processos da REN que serão alvo de fiscalização e, complementarmente, foi, ainda, preparada uma quarta aplicação para registo de ocorrências não programadas.

As aplicações do PNFIA funcionam em conjunto com uma aplicação desenvolvida para *tablet*, através da qual os técnicos da DSF identificam no terreno os processos-alvo do plano de fiscalização e, posteriormente, atualizam, de forma automática, esses registos na base de dados da CCDR Alentejo. Por outro lado, as aplicações referentes ao PNFIA permitem não só o registo de todos os processos e respetivas características, mas também possibilitam o correspondente tratamento estatístico e a subsequente exportação para *Excel* da informação tratada.

Foi, ainda, considerado pertinente criar uma aplicação complementar, de carácter mais genérico e abrangente, que permita o registo e o posterior tratamento de informação relativa a ocorrências não programadas que, sendo detetadas no procedimento normal das ações de fiscalização, representem potenciais focos de análise de maior detalhe quanto a eventuais situações de incumprimento legal.

É de salientar que a utilização de aplicações SIG recorrendo a um *tablet* constitui uma importante mais valia para o cumprimento das atribuições da CCDR Alentejo, já que se reflete em três vertentes: a uniformização dos critérios e procedimentos, o maior rigor na recolha e no tratamento da informação e a sua permanente atualização e disponibilização.

De referir que os técnicos da DSF da CCDR Alentejo têm já ao seu dispor os *tablets*, nos quais está instalado um conjunto de aplicações concebidas com um carácter de complementaridade e que permitem identificar no terreno os processos-alvo do plano de fiscalização e, posteriormente, atualizar, de forma automática, esses registos na base de dados da CCDR Alentejo.

Com estas aplicações, é possível reunir a informação de forma a permitir a sua organização para controlar, avaliar e rever resultados, por forma a consolidar o processo de tomada de decisão e, eventualmente, reajustar estratégias.

Este é, entre outros, um contributo significativo da CCDR Alentejo para a modernização da Administração Pública.





“Bairros Saudáveis”: um exemplo de verdadeira política pública

Ficou claro nas conclusões do Fórum Regional dos Bairros Saudáveis, que se realizou no auditório da CCDR Alentejo em Évora, que “O Programa Bairros Saudáveis” demonstrou que faz muito com pouco, incentivando a iniciativa e autonomia das comunidades locais, o que não é comum em programas públicos e que contribui para todos os 17 Objetivos do “Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030”.

A importância deste programa ficou patente através dos resultados já obtidos pelos 27 projetos que estão em execução na região do Alentejo, abrangendo 13 concelhos: Évora, Montemor-o-Novo e Viana do Alentejo, Alvito, Beja, Barrancos, Cuba, Mértola, Moura e Odemira, Campo Maior, Portalegre e Sines. A responsabilidade futura é ainda maior depois de elaborado o segundo relatório de contas.

O Programa Bairros Saudáveis é um programa público, de natureza participativa, para melhoria das condições de saúde, bem-estar e qualidade de vida em territórios vulneráveis. Este programa visa promover pequenas intervenções através do apoio a projetos apresentados por associações, coletividades, organizações não governamentais, movimentos cívicos e organizações de moradores, em articulação com as autarquias, as autoridades de saúde ou as demais entidades públicas, dispondo de uma dotação de 10 milhões de euros.

Coordenado pela arquiteta Helena Roseta, este programa dá algum poder, no sentido de “poder fazer”, a comunidades residentes e a pessoas ou organizações intervenientes em territórios vulneráveis. Permite, também, financiar um conjunto de projetos, consoante a sua tipologia, entre 5.000, 25.000 e 50.000 euros.

Ao nível regional, a coordenação e o acompanhamento dos projetos dos Bairros Saudáveis do Alentejo é realizada por uma equipa que, para além da CCDR Alentejo, é composta pela DR de Agricultura, que coordena, pela ARS Alentejo, IEFP e ISS, IP.

Como instrumento de política pública, o programa Bairros Saudáveis tem como objetivos a dinamização de parcerias e intervenções locais para a promoção da saúde e da qualidade de vida das comunidades territoriais, através do apoio a projetos candidatados por associações, coletividades, organizações não governamentais, movimentos cívicos e organizações de moradores, em colaboração com as autarquias e as autoridades de saúde.

Texto
Patrícia Gomes
da Silva,
Diretora de
Serviços de
Fiscalização

Em Portugal continental, foram admitidos 246, sendo que, desses, 27 são no Alentejo, onde se destaca a presença de associações ciganas como promotoras ou parceiras de vários projetos que visam melhorar as precárias condições de vida de várias comunidades ciganas na região, nomeadamente no concelho de Beja, e promover a capacitação dos moradores.

Também os objetivos de natureza ambiental têm forte expressão na região, com a criação ou com a melhoria de espaços verdes, a proteção de linhas de água ou a prática da jardinagem e da horticultura. Os projetos desenvolvem-se em meio urbano e em meio rural, envolvendo a população de um bairro, de uma aldeia, de um acampamento nómada, de uma freguesia ou mesmo de várias freguesias, como no concelho de Mértola.

Em Odemira, por exemplo, há um projeto de uma associação local de artesãos a criar oportunidades de integração ativa para públicos fortemente afetados pelo confinamento resultante da pandemia (doentes com paralisia cerebral e reclusos). As crianças são um dos grupos etários ao qual se dirigem vários projetos, em conjunto com as escolas e as associações de pais. Combater a solidão dos idosos e promover o envelhecimento ativo é o que pretendem outros projetos.

O evento de Évora foi dos cinco Fóruns Regionais que se realizaram de Norte a Sul do país para partilhar experiências e a apresentação dos primeiros resultados dos projetos apoiados pelo Programa, tendo deixado um apelo ao Governo que esteve representado pela Ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes, para serem realizadas novas edições do Programa Bairros Saudáveis, como verdadeira política pública.



PROJETOS DO ALENTEJO

- Associação e Bairro Amílcar Cabral - (Com)vivência Intercultural Sines
- Contentores2021 Beja
- Traseiras do Monte Sovina Beja
- Cuba Solidária Cuba
- Nómada 3.0 Moura
- A voz da comunidade Beja
- Jardins terapêuticos: Quem planta seus males espanta! - Mértola
- Raízes Barrancos
- Mulheres numa só voz Odemira
- Moeda VEGetal Odemira
- Playspots - Vamos brincar? Odemira
- Encontros em comunidade - Parque dos encontros Alvito
- Percursos acompanhados - projeto de intervenção social e comunitária Mértola
- BEJACOLHE - Cultura e diversidade Beja
- Desenhar a terra futura Mértola
- Sou capaz Beja
- Ouguela Convida Campo Maior
- O nosso querido bairro Portalegre
- Sempre ligados Évora
- Gente rija Viana do Alentejo
- Parque Urbano de S. Sebastião Évora
- Bairros na linha Évora
- Espaço multi-recreativo do Largo da Nora Évora
- Verde bairro Montemor-o-Novo
- Ringue da Cruz da Picada Évora
- Construindo futuros Évora

O Programa Bairros Saudáveis” demonstrou que faz muito com pouco, incentivando a iniciativa e autonomia das comunidades locais.

Redes colaborativas para soluções integradas



Texto

Teresa Godinho
Chefe de
Divisão de
Planeamento e
Avaliação

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA) tem como missão, entre vários domínios, a contribuição para a definição da política de desenvolvimento regional, bem como o fomento de parcerias entre agentes regionais e a articulação de políticas setoriais no espaço regional, com o objetivo de promover a coesão e a competitividade territoriais. Tendo em conta este enquadramento, foram identificados alguns problemas, transversais à região, que advêm, em grande parte, da continuada quebra demográfica que a Região atravessa.

Por uma questão metodológica de trabalho, esses problemas foram sistematizados nos dois grupos seguintes:

a) Serviços de interesse geral: a comprovada dificuldade na provisão e no acesso aos serviços de interesse geral nos modelos tradicionais existentes e a dificuldade da implementação de modelos inovadores de provisão e/ou de acesso aos serviços de interesse geral, tendo em conta as especificidades do território do Alentejo que potenciam estas dificuldades, quer pela sua extensão quer pelo envelhecimento da população quer, ainda, pela fraca densidade populacional.

b) Educação/formação e transferência de conhecimento para as empresas: a taxa de abandono escolar precoce ainda existente na região; o facto de a população entre os 30 e os 34 anos ainda apresentar um índice baixo de diplomados com ensino superior ou equiparado; a necessidade de continuar a melhorar a articulação entre a procura de formação profissional e as respostas, sobretudo no surgimento de novas exigências que requerem novas respostas; a necessidade de dar continuidade à valorização das competências não formais e melhorar o índice de inovação regional, bem como o, ainda, pouco consolidado sistema de transferência de conhecimento para as empresas.

Quer num caso quer noutro, estamos perante problemas complexos que são difíceis de definir com rigor. Evidenciam interdependências e multicausalidade, atravessam fronteiras organizacionais, não têm soluções fáceis e as que foram tentadas registaram falhas crónicas. Daí que se tenha perspetivado um trabalho em rede, por dois grandes temas, de modo que pudessem vir a ser refletidas abordagens com visões diferenciadas e onde pudessem surgir conceções de soluções integradas inovadoras.

Surgiu, assim, a formalização de duas redes, **(i) Rede para o Acesso aos Serviços de Interesse Geral do Alentejo** e **(ii) Rede para a Promoção da Qualificação e do Conhecimento do Alentejo**, lideradas pela CCDRA. A primeira, constituída por oito parceiros, e a segunda, por dez, sendo as cinco Comunidades Intermunicipais (CIM), a Universidade de Évora e a Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL), parceiros comuns nas duas redes e contando, também, com a participação do Instituto Padre António Vieira (IPAV) e do Parque do Alentejo de Ciência e Tecnologia (PACT).

Estas redes, constituídas por atores regionais, efetivam coletivamente trabalho de reflexão e de estudo prospetivo que se pretende que venha a ter resultados positivos, tendo sido aprovadas as duas candidaturas integradas na Prioridade de Investimento II.2, enquadradas nos pressupostos do aviso ALT20-64-2019-45 do Programa Alentejo2020. O objetivo principal consiste numa lógica de trabalho colaborativo, em que as redes de parceiros regionais, constituídas para este efeito, desenvolvam um conjunto de atividades com enfoque territorial de proximidade e integrado que contribuam para respostas integradas aos problemas identificados. Perspetiva-se que este trabalho em parceria, que decorre desde agosto de 2020, se prolongue a junho de 2023, possa constituir-se como a base em um trabalho colaborativo que, desejavelmente, se prolongue e se aprofunde no quadro 2030.

Neste contexto, foram realizados alguns eventos públicos para apresentação e partilha de trabalhos e resultados, tendo o último decorrido em 1 de julho, promovido pelo parceiro Instituto Padre António Vieira (IPAV). O IPAV, nesta parceria, tem como principal missão promover a capacitação de dirigentes e técnicos das instituições para uma cultura colaborativa, de modo a que possam ser agentes de transformação ao serviço dos contextos em que estão inseridos. Neste contexto, foram desenvolvidas temáticas escolhidas por grupos pertencentes a territórios correspondentes às CIM do Alentejo e um correspondente à Região. Foram realizados trabalhos diversos, nomeadamente a elaboração e pu-

blicação de 6 Guias «Colaborar faz toda a diferença» (um por CIM e um correspondente à Região) que foram distribuídos nas várias sessões.

Assim, em 1 de julho, decorreram duas conferências no auditório da CCDRA, de manhã, a conferência relativa aos trabalhos desenvolvidos no Alentejo Central, com a CIMAC, sobre o tema “Envelhecimento e Isolamento Social”; e à tarde, a conferência regional sobre o tema “Desenvolvimento regional – desafios de governação integrada”, partilhada com a CCDRA.

Estes eventos contaram com a participação de oradores de várias entidades, como o Instituto Politécnico de Portalegre, a Universidade Popular Túlio Espanca, a Fundação Eugénio de Almeida, a ES-DIME – Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste, entre outros, além dos parceiros IPAV, CCDRA, CIMAC, PACT e Universidade de Évora que promoveram uma reflexão conjunta sobre a importância da colaboração e das estratégias de governação integrada para fazer face aos desafios do Alentejo.

Além de criarem dinâmica e atenção social ao tema da colaboração, em vários setores, como forma de contribuir para uma mudança cultural/organizacional, estes eventos deram visibilidade e divulgaram o trabalho colaborativo que já se vem desenvolvendo, além de promoverem a criação de novas relações de colaboração/networking e o reforço das já existentes.





Um Alentejo Mais Azul

Projetos de cooperação entre a ADRAL, a CCDRA e os parceiros regionais mostram o caminho para a promoção da Economia Azul na região

—
Texto

João Grilo, Presidente do Conselho de Administração da Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL)

O sucesso futuro da Região Alentejo está intimamente ligado à capacidade que tivermos de gerir os recursos naturais de forma sustentável, num contexto de crise climática e de transição energética, com ganhos para a economia e para a vida das pessoas. Fácil de dizer, difícil de concretizar.

Podemos entender a Economia Azul como a economia do mar e das águas interiores, sustentável em termos ambientais, sociais e económicos, capaz de extrair uma ampla gama de serviços dos ecossistemas sem os degradar ou colocar em causa a sua existência futura.

A água, seja pela sua quantidade, disponibilidade e qualidade, nas suas diversas formas e reservatórios naturais ou construídos, surge como elemento central desta economia. E, claro, de todas as restantes dinâmicas naturais e humanas. Exemplo muito atual disso é a crescente discussão em torno de soluções de dessalinização da água do mar, tornando-se, ela própria, um recurso, à medida que a água doce se torna num bem cada vez mais escasso – o ano que estamos a viver é prova dura desta realidade.

A Economia Azul desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento da economia europeia na região mediterrânica, pelo enorme potencial de inovação e de desenvolvimento sustentável que aporta. Atualmente, na União Europeia, representa 5,4 milhões de empregos e um valor acrescentado bruto de, aproximadamente, 500 mil milhões de

A ADRAL, com a parceria e o apoio da CCDRA, tem estado a desenvolver dois projetos que procuram mostrar caminhos e oportunidades na área da Economia Azul no Alentejo.

euros por ano. Em Portugal, representa 5,1% do Produto Interno Bruto (PIB) e 4,1% do emprego, segundo dados deste ano da Direção-Geral de Política do Mar (DGPM).

Com uma frente de mais de 170 quilómetros de costa atlântica, grandes reservatórios interiores, com destaque para Alqueva, o maior porto de águas profundas do país (Sines), parques e reservas naturais e toda uma frente de oportunidades ligadas aos produtos endógenos, o Alentejo representa um conjunto muito alargado de oportunidades para a Economia Azul.

A ADRAL, com a parceria e o apoio da CCDR Alentejo, tem estado a desenvolver dois projetos que procuram mostrar caminhos e oportunidades na área da Economia Azul no Alentejo: o projeto Alentejo Azul e o Projeto Mistral.

O Projeto Alentejo Azul, cofinanciado pelo programa regional Alentejo 2020, é uma parceria entre a ADRAL e o Sines Tecnopolo. Tem como entidades parceiras a EDIA, a Câmara Municipal de Portel, a Câmara Municipal de Santiago do Cacém e a Câmara Municipal de Sines e tem como principal objetivo a promoção do empreendedorismo qualificado e criativo, através do incentivo e apoio na criação e desenvolvimento de empresas inovadoras, tecnológicas e criativas na área da Economia Azul, tendo sempre como fio condutor o equilíbrio entre o aproveitamento da riqueza gerada e o respeito ambiental. Ao longo dos últimos dois anos, foram realizados estudos e pesquisas de suporte, *cases studies*, *benchmarking*, ações de estímulo e de apoio ao empreendedorismo qualificado e criativo, sessões de trabalho com empreendedores, 20 *Talks* Alentejo Azul, Concursos de Ideias de Negócio, Prémio Regional de Empreendedorismo, *bootcamps*, *mentoring* e *coaching*.

Ciente da importância e do potencial que a Economia Azul pode trazer à Europa, e em particular aos países do mediterrâneo, regiões historicamente mais desfavorecidas, a União Europeia lançou, em 2018, o Projeto Mistral, desenvolvido no âmbito do Programa Interreg MED, cofinanciado pelo Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional.

O Projeto Mistral teve como objetivo principal a promoção e implementação do ecossistema transnacional de inovação *Blue Growth* com o esforço conjunto de Organizações de Investigação e Tecnologia (RTOs), Organismos Públicos e *Clusters* relacionados com o mar e com a tecnologia. Este projeto foi desenvolvido pela ADRAL – única entidade portuguesa, enquanto promotora, a participar. Teve, a CCDR Alentejo, como parceiro associado, que o acompanhou de perto através do seu

Presidente Dr. António Ceia da Silva e da sua Vice-Presidente, Enga. Carmem Carvalheira –que participou no *Maritime Day*, decorrido no mês de abril, em Itália, e considerado o maior evento europeu da Economia Azul –, bem como a Câmara Municipal de Sines, que integrou, desde o início, este projeto pela visão que têm do potencial da Economia Azul para o seu território. O Fórum Oceano foi a outra entidade que se envolveu desde o início, tendo um papel determinante na assinatura de um protocolo que resultou na criação de uma rede para o desenvolvimento dos setores da Economia Azul com *clusters* de Espanha e Itália.

Durante os 48 meses do projeto, que terminou em maio último, e apesar das restrições da Covid, foram realizados concursos de ideias de negócio e eventos de *matchmaking* para partilhar e transferir conhecimentos e tecnologias e foram recolhidos contributos concretos de empresas, centros de investigação, agências e autoridades públicas, cada uma contribuindo para moldar um possível Mediterrâneo do futuro: mais sustentável, competitivo, inovador e integrado.

No evento final do projeto, realizado em Roma, foi apresentado o levantamento dos desafios e das oportunidades para a Economia Azul na região mediterrânica; identificado um conjunto de ações orientadas para a inovação de alto nível, com vista a proporcionar o máximo de impacto e abrir oportunidades para as partes interessadas; identificadas boas práticas, assim como ferramentas para aumentar a capacidade dos atores da Economia Azul para criar sinergias e feitas recomendações políticas para a transferibilidade.

Em termos de trabalho realizado nestes 48 meses, importa, ainda, destacar a publicação do Livro Azul MISTRAL (*“Blue Growth Book”*, disponível *on-line*), que analisa as oportunidades e os fatores potenciais de inovação na área da economia azul, mobilizando 316 empresas da região do mediterrâneo, de diferentes países e setores económicos. Outra vertente importante deste projeto foram os vários concursos de ideias de negócio realizados na área do crescimento azul, primeiramente, a nível regional e nacional em cada uma das regiões dos países participantes, e, numa segunda fase, foi organizado um concurso final internacional entre os premiados da primeira fase nas várias regiões. Neste concurso internacional, Portugal esteve em destaque com dois projetos premiados: o *“Subtrophii”*, de Frank Neumann, vencedor do *“The Blue Growth Elevator Pitch Competition”*, e o projeto *“Oceanário XR”*, de Ana Portada, que recebeu a distinção de eloquência.

Alentejo Azul e Mistral permitiram-nos uma reflexão para o futuro da Região Alentejo assente na Economia Azul, onde temas como os fenómenos de escassez de água, a resiliência e a valorização dos sistemas naturais, assim como a sua utilização sustentável, tendo sempre como elemento transversal a estas abordagens a investigação, a inovação e a tecnologia são estruturantes.

A experiência acumulada e as boas práticas desenvolvidas mostram que há um grande percurso a realizar de criação e de diversificação de oportunidades que merecem o envolvimento destas entidades em novos projetos de continuidade e de aprofundamento. A ADRAL mantém, com este setor, o mesmo compromisso de abrir caminho que mantém com todos os setores do desenvolvimento da região e estamos certos de que a CCDRA e todos os nossos parceiros nos acompanharão por um Alentejo mais azul.

Alentejo em Bruxelas



Texto
Marcos
Nogueira,
Coordenador
do H2o2o -
AURORAL

Reafirmar compromisso da Região para com os seus parceiros europeus, para com as redes Europeias que lidera, para com as ações de inovação que desenvolve e para com os princípios de cooperação, solidariedade e integração europeia, foi a nota dominante e que ficou bem patente no decorrer dos trabalhos que a Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, Carmen Carvalheira, e o Presidente da ADRAL, João Grilo, realizaram em Bruxelas.

A ação destes dois dirigentes alentejanos, bem como do representante do Alentejo em Bruxelas, Marcos Nogueira, foi mais um marco relevante nesse compromisso e uma presença sempre útil, valorizada e efetiva em Bruxelas. Outras missões se seguirão, continuando a afirmar o Alentejo como líder entre as regiões emergentes Europeias.

Organizada pela representação do Alentejo em Bruxelas, a visita teve por objetivo desenvolver contactos institucionais, diálogo inter-regional e debate de perspetivas para a plataforma de investimento do Projecto H2o2o-AURORAL, liderado pelo Alentejo.

A Missão permitiu o contacto e a partilha de conhecimentos com uma panóplia de entidades sobre várias questões-chaves para o Alentejo, tais como saúde, educação, digitalização, entre outras.

A representação alentejana teve uma passagem pelo Parlamento Europeu, acolhida pelo Eurodeputado Carlos Zorrinho, tendo-se realizado um debate com os eurodeputados portugueses José Manuel Fernandes, Margarida Marques, Marisa Matias, Lídia

Pereira, Carlos Zorrinho, Isabel Carvalhais e Maria da Graça Carvalho, moderado pelo Representante Permanente do Alentejo, Marcos António Nogueira.

Esse encontro permitiu uma extensa troca de pontos de vista sobre os desafios-chave da região, as oportunidades relacionadas com a plataforma de investimento SmarTomorrow do Projecto H2o2o-AURORAL e, em geral, sobre os grandes desafios que se colocam à Europa.

Decorreram, ainda, duas reuniões relacionadas com a área da educação, nomeadamente sobre as Universidades na Europa, com a IGLO (*The Informal Group of R&I Liaison Offices*) e a Direção-Geral das Redes de Comunicação, Conteúdos e Tecnologias da Comissão Europeia.

Com a ERRIN *European Regions Research and Innovation Network* e o Interreg Europe Policy Learning Platform, foi debatido a possibilidade de futuras colaborações e parcerias entre as plataformas e o Alentejo, através da implementação de projetos.

A delegação transtagana teve, também, a possibilidade de trocar impressões sobre o Cluster de Excelência e de Inovação do Alentejo com o Diretor da Benelux AICEP Portugal Global, Rui Paulo Almas.

Uma reunião também muito relevante decorreu nas instalações da Direção-Geral da Mobilidade e dos Transportes da Comissão Europeia, onde se abordou o Corredor Atlântico e, ao mesmo tempo, se debateram questões sobre mobilidade sustentável no Alentejo.

O Alentejo na Conferência das Regiões Periféricas Marítimas



A Conferência das Regiões Periféricas Marítimas (CRPM) define-se como um grupo de interesse que atua em prol dos objetivos das regiões membros junto das instituições europeias, assim como um *Think Tank*, no sentido em que promove, entre outros, reflexões e recomendações relativas às áreas onde atua. Foi criada em 1973 e representa cerca de 200 milhões de pessoas, de 24 Estados dentro e fora da União Europeia. Foca-se, maioritariamente, em áreas como a economia, coesão territorial, política marítima, acessibilidade, energia e clima. A CRPM divide-se, ainda, em Comissões Geográficas correspondentes às bacias marítimas da Europa, sendo que o Alentejo integra a Comissão Arco Atlântico.

A Região do Alentejo participa, desde cedo, nesta associação, com registos desde 1981, em que participou como membro observador na Assembleia Geral de Creta. Desde esse momento, a região tem estado presente na CRPM, acompanhando e contribuindo ativamente para o seu trabalho. Sublinhamos, a título de exemplo, a organização do *Political Bureau*, em 2013, realizado em Sines, em que foram abordados temas como o PORTMOS (projeto sobre autoestradas marítimas), o Corredor Ferroviário Atlântico ou a reforma da Política Comum de Pescas.

Uma das propostas em análise pela CRPM, e que o Alentejo tem apoiado, é a criação de uma Macrorregião Atlântica. A possibilidade tem vindo a ser discutida, em conjunto com os membros da Comissão



Arco Atlântico, no sentido de dar a esta região mais destaque, maior peso político e coordenação das suas estratégias regionais. Destacamos, ainda, outros projetos, como o AspBAN (Atlantic Smart Ports Blue Acceleration Network), que visa ajudar os portos atlânticos a funcionarem como *hubs* da economia azul e que constitui uma oportunidade para ativos estratégicos da região, como o Porto de Sines. Sublinhamos, ainda, o *CleanAtlantic*, que tem como objetivo dar resposta ao desafio da poluição marítima, melhorando a cooperação regional e reforçando as capacidades de prevenção, monitorizando e eliminando o lixo marinho no Espaço Atlântico.

Este ano, a CRPM alcança um marco importante, com a 50ª Assembleia Geral, que se realizará em Creta. A Assembleia é um evento fundamental, dando oportunidade para a reunião dos vários grupos de trabalho e das várias comissões geográficas. É, também, o momento em que se discute o trabalho futuro, contando, igualmente, com a eleição do *Political Bureau* e com a discussão e votação da Declaração Final, o documento em que são inscritas as principais mensagens políticas sobre as questões de maior relevância para os membros.

A presença nesta organização constitui, assim, uma oportunidade para a região, sendo um facilitador para a cooperação e para a definição de estratégias comuns, dando voz e maior peso político aos desafios e objetivos dos seus membros.

Texto
Sandra Jorge,
Chefe de
Divisão da
Cooperação
e Promoção

O Alentejo e a Coesão

Texto

Carlos Carona, Economista, Técnico Superior do PO Alentejo 2020

A União Europeia foi constituída com base em objetivos políticos, mas o que lhe assegurou o dinamismo e o sucesso foram os seus fundamentos económicos – o Mercado Único e a União Monetária e Económica. Foi precisamente com a introdução do Mercado Interno que se exaltou a necessidade de reduzir as disparidades regionais, pois os mercados nacionais ficaram mais expostos às exigências dos mercados internacionais em que a competitividade feroz é nota dominante.

É objetivo da Comunidade, desde o seu tratado original, promover o desenvolvimento harmonioso das atividades económicas, um crescimento contínuo e equilibrado, uma maior estabilidade, um aumento acelerado do nível de vida e o impulsionamento de relações mais estreitas entre os Estados-membros. Como tal, é necessário que a solidariedade entre os Estados-membros se traduza num reforço da coesão económica e social.

Consequentemente, para que este propósito seja realidade, é necessário que a Política Regional seja devidamente equacionada e extremamente precisa nas suas intervenções, porque cada região é uma realidade diferente, onde agentes económicos interagem de formas diferentes e reagem a impulsos exteriores também de formas diversas. Por esta razão, a discrepância entre as regiões refletem diversas circunstâncias, nomeadamente, diversos padrões históricos de desenvolvimento e diferentes capacidades de adaptação ao mundo que está em constante mutação.

Por coesão, podemos entender a redução das disparidades existentes nos indicadores económicos e sociais entre os países ou territórios que são objeto da análise. Fundadas no paradigma interterritorial da integração, as disparidades resultam da inter-articulação e do funcionamento de sistemas interdependentes, nomeadamente: Sistema político; Sistema económico; Sistema monetário; Sistema institucional; Sistema informacional; Sistema espacial e territorial.

As decisões dos agentes têm implicações nos territórios, desde as famílias ao realizarem as suas escolhas residenciais, às empresas ao escolherem a localização das suas atividades, às administrações ao construírem as infraestruturas de comunicação e de transporte e ao localizarem em determinadas localidades as unidades de prestação de serviços de interesse geral. Estas decisões dos agentes geram externalidades positivas ou negativas, acontecendo, por vezes, *trade-off* e exigem uma gestão sob pena do aparecimento de ineficiência, resultando na quebra da competitividade dos territórios ou no insuficiente aproveitamento das suas potencialidades.



Neste artigo proponho um contributo para melhorar a nossa perceção da trajetória e do posicionamento do Alentejo (Região NUT II) face à média dos territórios NUT II da União Europeia, no que concerne à coesão económica e social. Como a coesão económica e social é uma realidade dinâmica, proponho, também, captar a tendência de evolução do seu estado.

Para uma melhor compreensão, proponho que se compare o indicador de PIB per capita do Alentejo NUT II com a média da União Europeia a 28, numa análise estática nos anos de 2000 e de 2019.

No mesmo momento, para captar a evolução do estado da coesão económica e social, considere os dados de vinte territórios, os dez que obtiveram o PIB per capita mais elevado e os dez que obtiveram os valores mais baixos no mesmo indicador.

Calculei, no início e final do período, o Índice de Concentração Gini, obtendo, assim, um indicador de concentração do PIB per capita, que permite observar a sua evolução.

Indicadores	Anos	2000	2019
Alentejo PIB per capita PPC		59,8	72,7
Índice de Gini		0,39	0,09

Fonte: Comissão Europeia – Relatórios da Coesão 3 e 8; Cálculos do autor sobre dados primários dos supramencionados relatórios.

Ao longo das duas décadas do período considerado, no que concerne ao PIB per capita, o Alentejo registou uma trajetória positiva, passando de 59,8% da média das regiões NUT II da União Europeia, em 2000, para 72,7%, em 2019, obtendo um ganho de 12,9 pontos percentuais. Quanto ao estado da coesão na União Europeia, verificamos uma regressão significativa. A distância entre o PIB per capita das 10 regiões mais ricas face às 10 regiões mais pobres aumentou, passando o Índice de Gini de 0,39 para 0,09. O Alentejo permaneceu significativamente distante das regiões mais ricas da União Europeia, em 2000, face ao PIB per capita: 251,4% de Inner London (Reino Unido) e 217,8% de Bruxelles- cap. (Bélgica), em 2019, os 260,1% de Luxembourg e os 240,5% de Southern (Região que resultou da desagregação da Inner London -Reino Unido). Constatamos que continuamos a ter uma grande margem de progressão, no sentido de eliminar as disparidades nos indicadores económicos e sociais.

2020/30 – A década do Alentejo?



Maria da Graça Carvalho,
eurodeputada do PSD

Os últimos anos têm sido férteis em acontecimentos que puseram em causa muitos dos que pensávamos serem pilares intocáveis das economias e sociedades modernas, tais como a globalização acelerada e a, cada vez maior, concentração de pessoas, infraestruturas e investimentos nas grandes áreas metropolitanas.

O desafio do combate às alterações climáticas está a levar-nos a contemplar novas formas de conjugarmos o crescimento económico, e a melhoria da qualidade de vida das populações com uma relação mais equilibrada com o mundo natural. A pandemia de COVID-19, ao forçar-nos a encontrar novas formas de organização do trabalho, nomeadamente recorrendo ao teletrabalho, mostrou-nos que muitas atividades podem ser desempenhadas com eficácia sem a obrigatoriedade da presença física nos tradicionais centros de decisão. A invasão da Ucrânia pela Rússia tem demonstrado a importância de não sermos demasiado dependentes do exterior e a necessidade de apostar na produção local.

Tudo isto me tem levado a defender, publicamente, que regiões como o Alentejo podem e devem ser encaradas como estratégicas para a atração de novos negócios, atividades e trabalhadores, nomeadamente nos setores ligados à inovação. A conjugação de custos mais reduzidos face às grandes cidades com a atratividade de uma vivência mais tranquila e mais próxima da natureza podem motivar muitas empresas e cidadãos a arriscarem a mudança. Isto, desde que lhe sejam garantidas as condições mínimas ao nível de recursos como estradas e ferrovias, serviços de saúde e de educação ou o acesso à Internet de Alta Velocidade.

Tradicionalmente, a falta de investimento nestes recursos tem sido o principal obstáculo ao desenvolvimento do Alentejo, porque é mais complexo atrair fundos – públicos e privados – para regiões que vêm, desde há muito tempo, a perder atividades económicas e população.

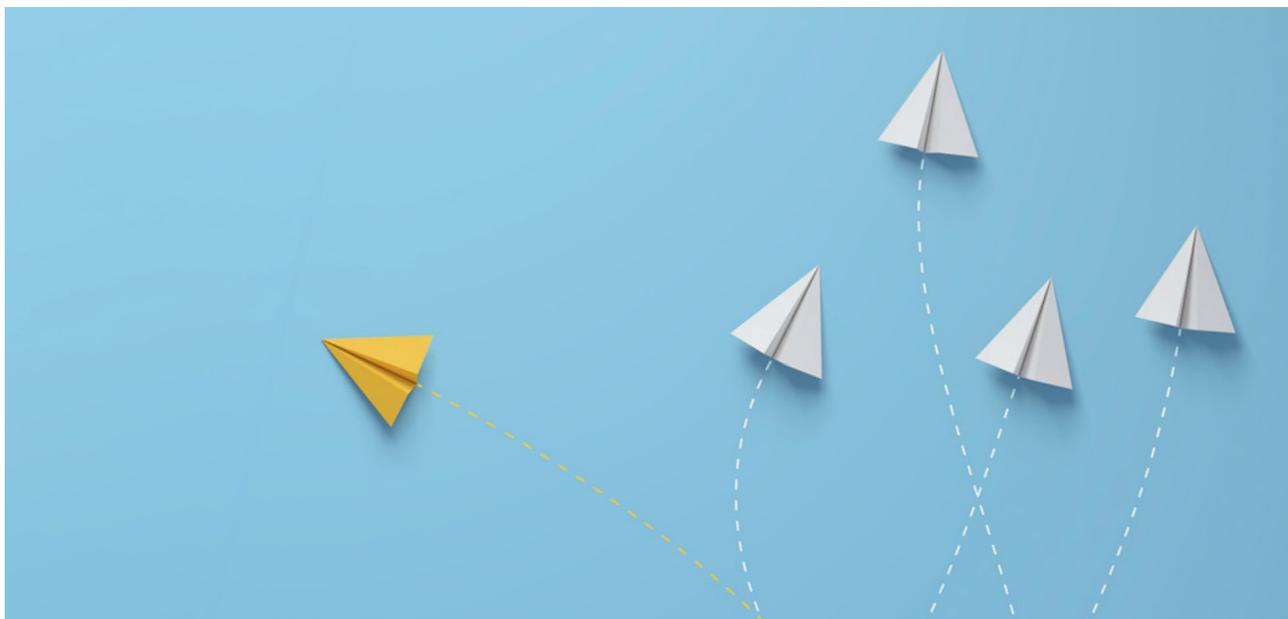
O novo ciclo de fundos europeus surge com uma novidade que poderá quebrar este ciclo vicioso. O *hub* de Sines está a ser encarado como uma grande prioridade estratégica do país. Mas é preciso que este seja, de facto, um motor de desenvolvimento para todo o Alentejo e não apenas mais um “elefante branco” onde se vão concentrar muitos recursos, deixando de dar resposta aos problemas crónicos da maior região de Portugal.

Sem uma boa execução do Plano de Recuperação e de Resiliência e do Programa Portugal 2030, uma execução que permita melhorar infraestruturas, modernizar a atividade económica e valorizar o conhecimento, nomeadamente o conhecimento produzido nas instituições do ensino superior da região, os projetos de Sines de pouco servirão ao resto do Alentejo.

O desafio será, por isso, criar uma estratégia estendendo-se a todo o Alentejo, Litoral e Interior, abrangendo diferentes setores de grande potencial, como a energia e os dados, mas também o turismo, a agricultura e a indústria alimentar em geral.

Regiões como o Alentejo podem e devem ser encaradas como estratégicas para a atração de novos negócios, atividades e trabalhadores.

Acrescentar valor às qualificações e às competências dos recursos humanos na Administração Local



Texto
Luís Santos,
Diretor de
Serviços de
Apoio Jurídico e
à Administração
Local

As qualificações e as competências são, seguramente, um dos sustentáculos dos serviços públicos na prestação de serviços aos cidadãos, empresas e outras entidades da sociedade civil. Daí que o investimento no âmbito da formação adquira uma importância estratégica.

Se, atualmente, é reconhecida a necessidade de iniciativas que estimulem o incremento das qualificações em áreas de ciências, tecnologia, artes e matemática, quer nos jovens que iniciam a sua vida profissional na sociedade em geral, quer naqueles que ingressam nos quadros da administração pública, igualmente sentida será a necessidade de assegurar-se a formação contínua dos recursos humanos que já a integram.

Nesta última dimensão, trata-se de qualificar e acrescentar valor ao emprego público, atualizando e aperfeiçoando os conhecimentos das pessoas que trabalham neste setor no que se refere aos regimes que regulam os diversos domínios de atribuições, seja na administração central do Estado, seja na administração local autárquica, não descurando a influência da dupla transição em curso, climática e digital, na evolução das políticas públicas.

Sendo inequívoco que a simplificação e a desburocratização dos procedimentos administrativos deixou de ser apenas um propósito há muito fixado na legislação e, tal como o acolhimento e o atendimento ao público, a comunicação administrativa e a audição dos utentes, avançou-se com muitas e boas medidas com reflexos na qualidade da prestação do serviço público. Importa, contudo, investir no robustecimento da massa crítica de técnicos e dirigentes que, no dia a dia, dão o seu melhor contributo para o funcionamento dos organismos de que são o seu rosto.

Com efeito, bastar-nos-á pensar que o crescente fenómeno da descentralização administrativa se concretiza na repartição de poderes por uma multiplicidade de autarquias locais, para admitirmos que estas se constituem, cada vez mais, como centros de decisão e que, por essa via, almejem estar o mais bem preparadas possível para o exigente exercício de competências que, até aqui, radicavam no Estado (recorde-se que, independentemente do maior ou menor âmbito das medidas ou do seu estágio de concretização, estão em causa educação, cultura, saúde, habitação, vias de comunicação, justiça, ação social, turismo, fundos europeus e captação de investimento, associações de bombeiros, transporte em vias navegáveis interiores, áreas aeroportuárias, proteção civil, estacionamento público, áreas protegidas, proteção e saúde animal e estruturas de atendimento ao cidadão, praias e exploração de modalidades afins de jogos de fortuna ou azar).

Ora, como afirma Fábio Pereira da Silva, a par da regulação normativa composta pela legislação, é frequentemente sentida a necessidade de uma massa de diretivas, regulamentos, normas técnicas, *standards*, dos quais vão contendo uma disciplina adequada e suficientemente densa que possibilite a afirmação de posições jurídicas merecedoras de proteção por parte do ordenamento, além de que constituem um pressuposto decisório ou um parâmetro deliberatório para os poderes aplicativos.¹

Dada a proliferação de interpretações constantes em circulares, em recomendações, em pareceres, nas vulgarmente chamadas *Frequently Asked Questions* e noutras diretivas genéricas, que autovinculam as entidades que emitem esses entendimentos, afigura-se-nos fundamental transmitir e levar ao conhecimento dos órgãos da administração local o conhecimento dessa gama de informação técnica útil a uma segura aplicação da legislação.

Desperta para esta realidade, compenetrada, por um lado, da posição privilegiada que ocupa junto de Municípios, Freguesias e Comunidades Intermunicipais e ciente, por outro lado, da legitimidade que a sua lei orgânica lhe confere em matéria de apoio técnico aos órgãos autárquicos, a CCDR Alentejo vem contribuindo, desde o início de 2021, em crescente ambiente confiança recíproca e no respeito pela autonomia local, também ela para a capacitação daqueles recursos humanos, assente na transmissão de conhecimentos que acrescentem valor às competências que já detêm.

Assim, e sem prejuízo dos programas de formação próprios dos Municípios, das Freguesias e das Comunidades Intermunicipais, cuja importância estratégica se reconhece, têm sido propostas e realizadas, por esta CCDR, iniciativas de esclarecimento técnico, de natureza jurídica e de finanças locais, que, sem se sobrepor aos regulares planos de formação destes

entes da administração local, lhes acrescentam abordagens de matérias pertinentes quer pela sua atualidade quer pela natureza das solicitações recebidas.

Temas como o Regime Transitório de Simplificação Administrativa e das Alterações ao Código do Procedimento Administrativo decorrentes da Lei n.º 72/2020; Questões Atuais sobre a Lei do Trabalho em Funções Públicas; Prestação de Contas em SNC-AP; Orçamento e Execução Orçamental; O Procedimento de Ajuste Direto no âmbito da Contratação Pública; Execução Orçamental e Prestação de Contas das Freguesias e Perguntas Frequentes LTFP, totalizam, desde o primeiro trimestre de 2021, 18 ações de esclarecimento que, precedidas de devida articulação com os executivos das CIM, dos Municípios e das Freguesias, mobilizaram acima de 500 participações.

Sendo certo que a atualização de *know-how* técnico não se esgota em ações de índole formativa, todo um fluxo de informação mais vasto, relacionado com medidas legislativas que vão marcando a agenda das políticas públicas com o impacto na administração local têm sido objeto de destaque e veiculadas através de *newsletter* – *CCDR-Autarquias*. Citem-se alguns exemplos: o acompanhamento do processo de descentralização administrativa; estudos sobre a execução financeira dos Municípios, o sistema de normalização contabilística das Freguesias e a implementação do SNC-AP nas autarquias alentejanas; o novo regime de criação, modificação e extinção de Freguesias; a Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital; as medidas especiais de contratação pública dedicadas à pandemia por Covid 19, ao PRR, aos Fundos de Coesão e setores prioritários.

Não menos importante se nos afigura reafirmar a vertente relacionada com os pareceres jurídicos emitidos em apoio aos órgãos executivos e deliberativos dos Municípios, Freguesias e CIM, os quais, para além da divulgação que têm merecido, se pretende que sejam um referencial de consulta *online* em domínios como o estatuto dos eleitos locais, atribuições das autarquias e competências dos seus órgãos, trabalho em funções públicas, instrumentos de gestão territorial e urbanismo.

A par do objetivo de rejuvenescimento das estruturas organizacionais da Administração Pública, as exigências que se colocam hoje em dia aos serviços da Administração Pública desafiam os profissionais que neles trabalham a uma melhor adaptação às mudanças tecnológicas e organizacionais e a critérios de sustentabilidade, mas também a uma atualização constante das suas qualificações e competências já adquiridas para fazer face às novas medidas legislativas setoriais descentralizadas.

Atenta a esta realidade, a CCDR Alentejo, enquanto órgão periférico do Estado, continuará a porfiar numa das suas marcas identitárias: o apoio técnico às autarquias locais e às suas associações.

¹ In Aspectos fundamentais para a compreensão dos efeitos jurídicos das normas não vinculativas da administração: o *soft law* administrativo. Revista da Ordem dos Advogados_III-IV_2019. Disponível em https://portal.oa.pt/media/130335/fabio-pereira-da-silva_roa-iii-iv-2019-8.pdf



No regresso do público à Ovibeja, CCDR Alentejo apresentou o novo stand

No regresso do público à Ovibeja, CCDR Alentejo apresentou o novo *stand*

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo marcou, mais uma vez, presença na Ovibeja. Desta vez com a novidade de ter inaugurado, naquele certame que voltou dois anos depois a ter a presença de público, o seu novo *stand*.

A nova infraestrutura tem cerca de 54m² de área e pretende projetar uma imagem de modernidade, com materiais ecologicamente sustentáveis e transmitir uma sensação de espaço aberto, assente num estrado, numa solução de funcionalidade e versatilidade.

O novo *stand* de 4 frentes (“Ilha”) inclui dois balcões para a divulgação do Programa Alentejo 2020 e do Programa INTERREG VA – Espanha-Portugal – POCTEP, um espaço multifuncional que permite receber cerca de 20 a 25 pessoas para pequenas apresentações ou reuniões, uma zona lounge reservada e vários painéis retro, iluminados com informações que, em Beja, mereceram destaque: a Campanha “Sabia que...?”, do Alentejo 2020, a informação sobre o Centro QUALIFICA da CCDR Alentejo, a Missão e grandes áreas de intervenção da CCDR Alentejo e a fotografia premiada, no VI Prémio Internacional de Fotografia Santiago Castelo 2021 – Alentejo-Centro-Extremadura, promovido pelo Centro Unesco de Extremadura.

O *stand* que teve o financiamento do Alentejo2020 e do Interreg España-Portugal – Poctep deu, ainda, destaque à Missão e a grandes áreas de intervenção da CCDR Alentejo e a fotografia premiada no VI Prémio Internacional de Fotografia Santiago Castelo 2021 – Alentejo-Centro-Extremadura, promovido pelo Centro Unesco de Extremadura.

De referir que a 38.^a edição da Ovibeja, que decorreu entre 21 e 25 de abril em Beja, foi inaugurada pela ministra da Agricultura e Alimentação, Maria do Céu Antunes, que, acompanhada pelo Presidente da CCDR Alentejo, António Ceia da Silva, pelo Vice-Presidente da CCDR Alentejo, Anibal Reis Costa, pelo Vogal do Alentejo 2020, Filipe Palma, para além de diversos deputados alentejanos, visitaram o *stand* da CCDR Alentejo.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e outros dirigentes políticos nacionais, acompanhados pelo Vice-Presidente da CCDR Alentejo, Anibal Reis Costa, tiveram, também, oportunidade de visitar o *stand* oficial da CCDR Alentejo.

O espaço multifuncional do *stand* serviu de palco ao grupo Coral “Os Rama Verde”, de Vila Nova da Baronia, Alvito, grupo com 27 membros, com idades compreendidas entre os 16 e os 38 anos que, mercê da colaboração entre a CCDR, o Município de Alvito e a CIMBAL, atuaram no dia 25 de abril.

Texto
Mário Simões

Na Feira de S. João, em Évora, CCDRA deu destaque ao Centro Qualifica



Texto
Mário Simões

A Feira de S. João, em Évora, é um dos certames mais importantes do Alentejo e, por isso mesmo, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo marcou presença, como, aliás, já é hábito.

Na edição deste ano da feira eborense, o novo *stand* da CCDRA, tendo em conta a sua dimensão e características, ficou instalado no pavilhão do Núcleo Empresarial da Região de Évora (NERE), na mostra de atividades económicas.

A Vice-Presidente da CCDRA, Carmen Carvalheira, esteve presente na inauguração, tendo referido, na ocasião, que a presença da CCDRA, na Feira de S. João, “se insere numa estratégia de comunicação, na qual se pretende dar a conhecer a missão da CCDRA e quais os projetos em que está envolvida”, destacando alguns, entre os quais o da Mobilidade, o de Adaptação às alterações Climáticas, da Economia Circular, da Dieta Mediterrânica, deixando bem claro “que a CCDRA colabora e faz colaborar nestes projetos outras entidades da região”.

No *Stand* da CCDRA da Feira de Évora, foi dado especial destaque ao recém-criado na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, Centro Qualifica Administração Pública, que surge como resposta às necessidades de formação dos trabalhadores que exercem funções públicas na administração central e local.

O Centro Qualifica AP da CCDR Alentejo é um centro de formação vocacionado para o reforço da qualificação dos trabalhadores em funções públicas e pretende promover o envolvimento de toda a Administração Pública – governantes, dirigentes e

trabalhadores – no esforço de aquisição de competências necessárias ao cumprimento dos objetivos dos órgãos e dos serviços da Administração Pública.

Este Centro irá permitir obter uma qualificação escolar e/ou profissional, através de percursos de educação e de formação de adultos e/ou do reconhecimento, validação e certificação das competências (RVCC) adquiridas ao longo da vida.

Para além do Centro Qualifica da CCDRA, o *stand* deu a conhecer, aos muitos visitantes, a Campanha “Sabia que...?”, do Alentejo 2020, as grandes áreas de intervenção da CCDR Alentejo e a fotografia premiada no VI Prémio Internacional de Fotografia Santiago Castelo 2021 – Alentejo-Centro-Extremadura –, promovido pelo Centro Unesco de Extremadura.

A Feira de S. João foi promovida pela Câmara Municipal de Évora e, este ano, foi dedicada à candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura 2027, cuja competição portuguesa é uma das quatro finalistas.



Feira da Luz/Expomor: onde o mundo rural e urbano se une para desenvolver o Alentejo



A secular Feira da Luz em Montemor-o-Novo, modernizada com o acrescente Expomor, é bem o exemplo de como o novo se pode, e deve, aliar ao tradicional, por forma a que um e outro se traduza na manutenção da identidade, não só dos montemorenses, mas também de todos os alentejanos.

Só este facto é mais que suficiente para que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo tenha cumprido o seu dever de estar presente com o seu novo *stand*, adaptado às condições do certame, o que reflete bem a ideia deste espaço – poder adaptar-se a todos os modelos de feiras.

A CCDRA aliou-se, assim, à atual Feira da Luz/Expomor, mostrando que num tempo em que a ruralidade bem patente na Feira e na urbanidade, que também chegou ao certame, tem um espaço para as entidades públicas fazerem o seu papel. A ligação e a

ajuda à modernização destes dois mundos que estão bem patentes na Feira da Luz.

A Bioeconomia sustentável, fundamental para o desenvolvimento regional aliada a questões importantes como a energia sustentável e os ecossistemas culturais e criativos são alavancas da CCDRA para a fixação de jovens na região.

Também o Centro Qualifica esteve em destaque no *Stand* da CCDR Alentejo, por onde passaram muitos visitantes que, desta forma, tomaram conhecimento do trabalho efetuado por uma instituição, com mais de cinquenta anos dedicados ao desenvolvimento do Alentejo.

Na Inauguração do certame esteve presente o Presidente da CCDRA, António Ceia da Silva, que enalteceu o trabalho da Associação de Produtores do Mundo Rural da Região de Montemor-o-Novo (APORMOR) e da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo que souberam, em parceria, colocar no terreno uma Feira que enche de orgulho os alentejanos e é um motivo para eles quererem estar no Alentejo e continuarem a promover a região.

Carmen Carvalheira, vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Alentejo, não escondeu, no decorrer da inauguração da Feira, uma emoção acrescida, não só pelo facto de ser montemorense, mas também pela forma como a feira da “sua terra” continua a ser um espaço de encontros e de debates sobre o futuro de Montemor-o-Novo e do Alentejo.

Texto
Mário Simões



0

v a g a r

a l e n t e j a n o

R

é

a consciência
pl e n a

A

de

que,

enquanto humanos,

G

e
s
t
a
m
o
s
sempre

em relação com o
u n i v e r s o

A

Évora _____ 27
Cidade Candidata
Capital Europeia da Cultura

(w) www.evora2027.com

(e) info@evora2027.com

- uma consciência
que questiona
a nossa posição

V

de

d
o
m

i n â n c i a .

Comunicação e desenvolvimento regional

Texto
Mário Simões

A comunicação para o desenvolvimento foi, desde sempre, para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, um fator fundamental para a boa governança da Região. Tal como acontece em outras áreas relevantes, a cooperação entre a instituição e todos os atores regionais é fundamental para alcançar resultados positivos que conduzam o Alentejo no caminho do progresso e do desenvolvimento.

A Comunicação Social foi sempre vista pela CCDRA como um parceiro, nesta tarefa de oferecer à sociedade informação credível e contextualizada. Os órgãos de comunicação social, sejam eles de que âmbito forem, mereceram, ao longo dos anos, uma atenção especial, porque, apesar de papéis diferenciados, houve sempre um objetivo comum: o desenvolvimento do Alentejo.

A comunicação de interesse público protagonizada pela CCDRA obrigou, ao contrário da comunicação empresarial que promove, muitas vezes, ações isoladas, à elaboração de uma estratégia com o duplo objetivo: divulgar as suas ações e, com isso, rentabilizar junto do público; e apoiar os órgãos de comunicação social, nomeadamente os de cariz regional, para que estes possam, também, desenvolver o seu trabalho de informação e de formação do público para quem trabalham.

Nesta conjugação de interesses que leva já algumas dezenas de anos, foi possível rentabilizar o investimento publicitário feito pela CCDRA, levando a todo o Alentejo, e não só, a divulgação dos diversos projetos associados à instituição, como também foi possível contribuir para o aparecimento de novos meios de comunicação e para a consolidação dos que, há mais tempo, operam no Alentejo.

De uma forma pluralista, e promovendo o debate público, a CCDRA, através dos órgãos de Comunicação Social, chegou a um público vasto e heterogéneo, quer através de programas de rádios, de produção interna e difundidos pelas rádios regionais e locais quer através de notícias, de reportagens e de artigos opinativos que foram sendo reproduzidos nos jornais.

A par dessa interação mais comercial entre a CCDRA e os Órgãos de Comunicação Social, tem sido possível pensar e debater com os diversos parceiros o mundo da comunicação social cada vez mais em mudança.

A CCDRA apoiou e esteve presente de forma decisiva em encontros entre jornalistas alentejanos e extremenhos, onde se debateram os anseios e as necessidades quer dos profissionais quer das empresas de comunicação social. Esteve, também, na liderança de publicações úteis para o conhecimento do mundo dos media regionais.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Alentejo esteve sempre alinhada e, muitas vezes, à frente naquilo que têm sido as políticas do Estado em relação à comunicação social. Não com uma atitude paternalista ou intervencionista, mas de colaboração ativa por forma a promover a região e fortalecer um dos pilares mais importantes da democracia: a comunicação social livre e responsável.

Recorde-se que, no pós 25 de abril de 74, o Estado assumiu compromissos com a imprensa regional, nomeadamente através do subsídio de papel e do porte pago a 100 por cento, tendo sido, em 1994, instituído o Sistema de Incentivos do Estado aos Órgãos de Comunicação Social Regional que, para além do “porte pago”, instituiu o financiamento (a fundo perdido) atribuído à reconversão e modernização tecnológica e à formação e reciclagem profissional, o que, na prática, se traduziu numa comparticipação direta, parcial, nos custos de aquisição de equipamentos gráficos e de informatização das redações.

A mudança do paradigma da comunicação social trouxe novos desafios. Trouxe, também, alguns “acertos” na forma de apoio do Estado à comunicação social, nomeadamente com uma certa descentralização na decisão dos apoios.



Hoje mais que nunca o papel do GICS é decisivo, não só para o apoio (...) mas também para o debate e a discussão (...) para os Órgãos de Comunicação Social.

Um novo regime de incentivos à comunicação social foi aprovado pelo Governo em 2015 e refletiu as novas tendências da comunicação social, tais como o digital e a modernização dos órgãos de informação.

Pode dizer-se que, a partir de 2015, o foco principal dos apoios do estado à comunicação social teve como destinatários os Órgãos de Comunicação Social regionais.

Mais perto e mais conhecedoras das dificuldades dos média regionais, as CCDR assumiram, então, o papel de “gestoras” dos fundos de apoio. Surgiram, então, os Gabinetes de Incentivos à Comunicação Social, que herdou, do passado, tipologias, como por exemplo, o “porte pago”, agora com o nome de “regime de incentivo à leitura de publicações periódicas”, no qual o Estado continua a compartilhar os custos de expedição postal das publicações periódicas (50% - Território Nacional e 40% - Estrangeiro), para jornais regionais.

O Alentejo, através do GICS, tem vindo a ter uma prestação muito positiva com os meios de comunicação social a saberem aproveitar os incentivos para continuarem a fazer o seu trabalho; enquanto a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo tem tido um papel fundamental para minorar as dificuldades por que passam, atualmente, os órgãos de comunicação social da região.

Hoje, mais do que nunca, o papel do Gabinete de Incentivos à Comunicação social é decisivo, não só para o apoio a este mundo em transformação que é a comunicação, mas também para o debate e para a discussão do presente e do futuro para os Órgãos de Comunicação Social e para os seus profissionais.

Nos objetivos do GICS da CCDRA, está previsto, a curto prazo, a realização de um Fórum Regional sobre a Comunicação social regional.

Seis anos de Incentivos do Estado à Comunicação Social nas Comissões de Coordenação

—
Texto

Benedita Peixe, Coordenadora do GICS

Maria Reina Martin, Técnica Superior do GICS

Quando, em 2015, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) passaram a executar as medidas respeitantes à aplicação dos regimes de incentivos do Estado à comunicação social, nas respetivas áreas geográficas de atuação, gerou-se uma enorme expectativa entre os órgãos de comunicação social do Alentejo e uma enorme responsabilidade para a instituição.

Esta nova atribuição, há muito reclamada pelos meios de comunicação social regional, assentava na premissa fundamental de que a atribuição de apoios à comunicação social local e regional deveria ser levada a efeito num contexto, efetivamente, regional. A mesma deveria ser feita em termos que permitiriam aproximar os centros de decisão dos beneficiários desses apoios e que garantissem uma avaliação mais rigorosa, porque era feita com maior proximidade das necessidades e dos desafios que se colocavam e colocam aos órgãos de comunicação social, regionais e locais, e respetivas comunidades.

A CCDR Alentejo, para fazer face a esta nova competência, criou o Gabinete de Incentivos do Estado à Comunicação Social (GICS), cuja atividade foi iniciada em maio de 2015, e que foi constituída com a alocação de três técnicos (da casa), hoje dois, e que, desde logo, iniciaram um trabalho assente em duas vertentes.

A primeira, fazendo uma análise detalhada da legislação com o intuito de perceber qual a forma de “ajudar”, através das normas legais, os órgãos de comunicação social a usufruírem dos apoios estatais colocados ao seu dispor.

Paralelamente a este trabalho minucioso, a equipa do GICS da CCDR Alentejo procurou saber quais as verdadeiras dificuldades dos média alentejanos e de que forma, numa colaboração efetiva, os meios financeiros colocados ao dispor deles através do GICS, poderiam servir de alavanca para melhorar a qualidade destes órgãos de comunicação social, nomeadamente, modernizando equipamentos e apoiando a sua ligação como as comunidades que servem.

Este trabalho de parceria criou laços de confiança mútuo, que fez com que, ao longo destes seis anos, o Alentejo seja um exemplo na forma como os apoios do Estado são colocados ao dispor daqueles que trabalham em prol do bem comum.



Numa região complexa, pela sua extensão, pela forma dispersa com que as localidades se encontram e pela desertificação humana que existe, os meios de comunicação social são decisivos para a coesão territorial e isso mesmo foi compreendido pelos responsáveis da CCDRA e pelos órgãos de comunicação social que, com o apoio e o incentivo do GICS, têm, ano após ano, elaborado e concluído projetos que faz com que o Alentejo esteja na vanguarda das verbas conseguidas para apoiar os media alentejanos.

De referir que, dos 69 Meios de comunicação social (potenciais beneficiários do RIECS), 39 já apresentaram projetos às diferentes tipologias de apoios, uns de maior envergadura, que alteraram, por completo, a estrutura desses operadores informativos, como é o caso, entre outros, dos dois exemplo que apresentamos nesta edição da Missão Alentejo; outros de menor envergadura, mas igualmente importantes e decisivos, para que as populações tenham hipótese de continuar a ter a sua rádio, o seu jornal, o seu site informativo ou a sua televisão.

Ao longo dos seis anos do GICS da CCDR Alentejo, os seguintes Órgãos de Comunicação Social já beneficiaram dos incentivos do Estado à Comunicação Social: Jornal A Defesa, Palavra, Alentejohoje, Alto Alentejo, Correio do Alentejo, A Planície, A Ponte, Diário do Sul, Linhas de Elvas, o Leme, O Montemorense, Voz do Sado, Linhas Rádio, Mensageiro de Alter, Notícias de Castelo de Vide, Postal do Algarve, Sul Informação, TDS – Televisão do Sul – Alentejo e Algarve e Rádio M24, Borba, Campanário, Campo Maior, Castrense, Cidade Nova, Clube de Grândola, Despertar – Voz de Estremoz, Elvas, Nova Antena, Pax, Planície, Portalegre, Portel, Sines, Singa, Telefonía do Alentejo, Vidigueira e Voz da Planície.

Desde 2015, e até à data, a CCDR Alentejo, através do GICS, tem desenvolvido uma política de proximidade em relação aos Órgãos de Comunicação Social (OCS) da sua área de atuação, que vai desde o envio de informação sobre os Regimes de Incentivos a todos os OCS regionais, à disponibilização de toda a informação no seu site, passando pela realização de visitas presencias a todos os OCS e pela georreferenciação de todos os OCS regionais do Alentejo (potenciais beneficiários dos RIECS).

Esta forma de proceder levou a que, em 2015, aquando da transição dos processos do Gabinete de Meios para a Comunicação Social para as CCDR, o número de cartões aprovados no âmbito do Regime de Incentivo à Leitura (o chamado porte pago) passasse de 11 para um valor mais simpático, que tem variado entre os 15 e os 16 cartões emitidos, o que significa, aproximadamente, 74% dos OCS da Região Alentejo que reúnem condições de elegibilidade ao referido regime de incentivo

As significativas alterações ocorreram, também, a nível do Regime de Incentivos do Estado à Comunicação Social (os chamados incentivos diretos).

Nos anos anteriores a 2015, os OCS do Alentejo tinham uma fraca expressão no que respeita aos apoios do Estado aos media. De acordo com a informação do Gabinete de Meios para a Comunicação Social, entre 2010 e 2013, nenhum jornal do Alentejo beneficiou de apoio do Estado e das rádios alentejanas beneficiaram apenas cerca de 9%.

Em 2014, no âmbito do Incentivo à Consolidação e Desenvolvimento das Empresas de Comunicação Social Regional e Local, transitaram cinco projetos, pertencentes a entidades inseridas na área de atuação desta Comissão de Coordenação, cuja conclusão estava prevista para 2015, tal como se verificou.

A partir de 2015, aumentaram o número de candidaturas admitidas/aprovadas e o montante de incentivo atribuído aos OCS do Alentejo, bem como a diversidade de OCS que as apresentaram, como se pode verificar nos gráficos a seguir apresentados.

Naquele ano, com a publicação do regulamento em cima da data de apresentação de candidaturas foram, mesmo assim, aprovadas 11, com um montante de incentivo de € 83 408,57.

Em 2016, foram aprovadas 27 candidaturas com um montante de incentivo de € 250 785,53; em 2018, foram aprovadas 50 candidaturas, com um montante de incentivo de € 419 000,00; em 2019, foram aprovadas 35 candidaturas, com um montante de incentivo de € 302 954,43; em 2020, em período de confinamento total, foram aprovadas 36 candidaturas, com um montante de incentivo de € 273 112,56 e, em 2021, ainda em período de confinamento total, foram aprovadas 29 candidaturas, com um montante de incentivo de € 215 267,66.

Concluindo, podemos afirmar que, apesar das limitações causadas pela pandemia e que vigoraram durante todo o ano de 2020 e o primeiro semestre de 2021 e que impossibilitaram o contacto presencial e habitual, o GICS fez com os OCS do Alentejo, as suas pretensões, não tenham ficado, em nada, prejudicadas por essa ausência, valendo, para tal, o contacto telefónico, o *email* e a relação de proximidade já consolidada entre GICS e OCS.

Acresce salientar que o apoio estatal ao longo dos anos tem permitido aos OCS desta Região modernizarem-se, alcançarem a digitalização, entrando numa nova era da comunicação/informação, assim como estar ao serviço das populações,

nomeadamente na execução dos projetos ligados às tipologias Acessibilidade à Comunicação Social e Literacia e Educação para a Comunicação Social. Saliente-se, ainda, o Desenvolvimento de Parcerias Estratégicas, que permitiu, no decurso destes anos, criar parcerias com OCS, sediados nos PALOP's, constituindo-se como um meio de valorização da língua portuguesa e da cooperação entre países lusófonos.

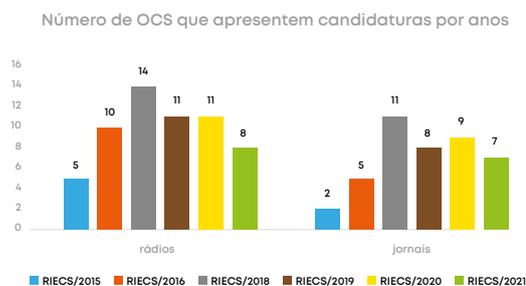
De referir, ainda, que os apoios prestados através do GICS são apenas uma parte dos apoios do Estado e da CCDRA. Existem outros, nomeadamente, feitos através da publicidade institucional, que estão fora da área de ação do GICS.

Conscientes das mudanças que existem no mundo da comunicação social e das dificuldades crescentes dos OCS regionais, os responsáveis da CCDRA e do GICS estão atentos e em colaboração com a "tutela" e os seus parceiros estão prontos para alinhar os apoios, por forma a continuarem a ser um pilar essencial na manutenção e na modernização dos media regionais.

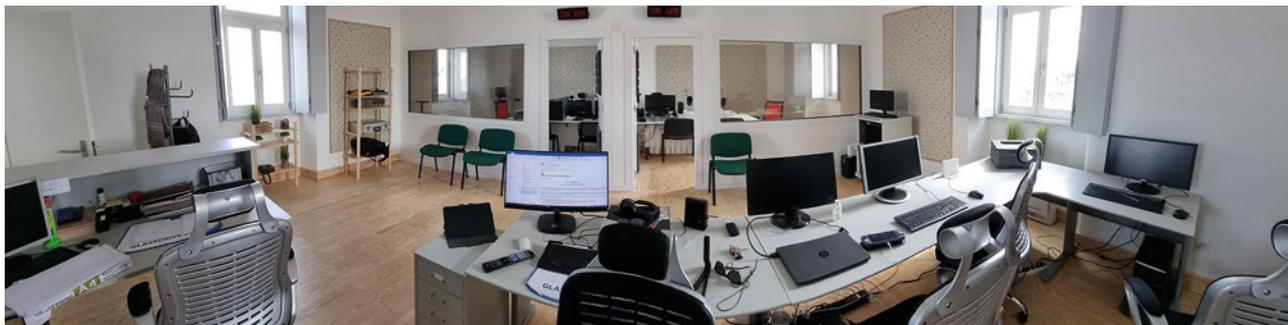
Para já, e no sentido da continuação do desenvolvimento de uma política de proximidade em relação aos órgãos de comunicação social da sua área de atuação, Alentejo, o GICS vai continuar a garantir que todos os OCS desta região tenham conhecimento destes regimes de incentivos: incentivar o aumento do número de entidades com candidaturas aprovadas aos dois regimes de incentivos.

É propósito deste Gabinete da CCDRA Prosseguir com ações de divulgação dos projetos aprovados aos OCS da Região, de forma a potenciar relações externas que possam constituir uma mais valia nas futuras candidaturas, em particular na tipologia de parcerias estratégicas e, ainda, divulgar o que se pode considerar uma boa prática no âmbito do apoio do Estado Português aos órgãos de comunicação de âmbito regional e local.

Em suma, efetivar o contexto regional, cientes do papel da Comunicação Social Regional e Local, nas políticas de proximidade e na promoção da cultura e da identidade da nossa Região Alentejo. Porque, afinal, o GICS também tem por Missão: Alentejo.



Rádio e Jornal “A Planície” com melhores infraestruturas físicas para servir a população



—
Texto
Mário Simões

Coincidindo com a mudança das instalações da Rádio Planície da Rua Santana e Costa para o primeiro andar de um edifício da Câmara Municipal de Moura, na antiga estação de caminho de ferro, a Sociedade Editorial Bética, detentora da Rádio e do jornal “A Planície”, foi apresentar um projeto que foi aprovado em março de 2021 no âmbito do Incentivo à Modernização tecnológica.

As novas instalações, contrariamente às anteriores, são amplas, com acessos e estacionamento fáceis e maior proximidade à torre de emissão, e necessitaram de uma adaptação ao exercício da atividade radiofónica.

Assim, otimizando os investimentos realizados em 2018 e 2019, no âmbito desta tipologia de incentivo, foram executados os trabalhos de forragem de duas paredes em *pladur* com perfis, placas de gesso hidrofugada, bem como a insonorização e eletrificação dos estúdios de produção e emissão. Foi efetuada, também, a instalação do sistema *Wi-fi*.

Para José Manuel Albardeiro, Diretor e Administrador da Sociedade Editorial Bética, “o apoio recebido revestiu-se da maior importância para o cumprimento da estratégia delineada pela Rádio Planície e Jornal A Planície”.

Estes dois órgãos de comunicação social, que são uma referência na região do Baixo Alentejo, “cumprem a missão de projetar a região, especialmente o concelho de Moura, no país e nos vários cantos do mundo onde se encontram comunidades emigrantes.”

Para José Manuel Albardeiro “A Rádio, tal como o jornal, tem também a missão de aproximar os naturais da nossa região, que tiveram de emigrar, das suas gentes. Nesse sentido, é fulcral uma atualização constante de meios para oferecermos a melhor qualidade e correspondermos às expectativas dos nossos leitores e ouvintes”.

Para o responsável da empresa, esse objetivo tem sido possível de atingir “graças aos apoios concedidos que, no caso, foram de 9.960,00 euros”.

“Todo o processo decorreu bastante bem. Apenas há a registar pequenos atrasos ao nível do fornecimento de materiais para a execução das obras, uma situação que está associada àquilo que é hoje a realidade que se vive ao nível do fornecimento de algumas matérias-primas para a construção civil”, disse José Manuel Albardeiro

O futuro é visto pelo responsável com otimismo, pois “As novas instalações permitiram oferecer melhores condições de trabalho aos profissionais que ali desenvolvem a sua atividade, bem como melhores condições e acessibilidades a todos os que lá se deslocam.

Além disso, os novos estúdios situam-se mais próximos do centro emissor o que nos permitiu alterar o sistema de comunicação entre os estúdios e o centro emissor, por forma a melhorar a qualidade da emissão.”

A cooperação com a autarquia de Moura foi fundamental para a melhoria das instalações. Foi feito um “contrato de arrendamento com o atual executivo da Câmara Municipal de Moura com um prazo de 25 anos, renovado, posteriormente, de 5 em 5 anos.”



Rádio M24: agora sim, a ver a planície e o mar

Texto
Mário Simões

O projeto da Rádio M24, antiga Antena Miróbriga, é, provavelmente, um dos projetos, que exemplifica melhor a importância da colaboração ativa entre entidades diversas para se atingir o bem comum.

Como refere Lino Alexandre Duarte da Cunha Nunes, Presidente da Direção da Antena Miróbriga Cooperativa de Serviços, CRL “O apoio da CCDR Alentejo foi fundamental, de grande valia para a efetivação do projeto que a Antena Miróbriga, Rádio M24, desejava levar a efeito, no sentido de podermos acompanhar a evolução tecnológica das rádios locais. Não teria sido possível a M24 modernizar a rádio, dado que não tínhamos capacidade económica para passarmos do analógico ao digital”.

Mas não foi só o apoio da CCDRA através do GICS fundamental para a concretização do projeto. A parceria com a Câmara Municipal de Santiago do Cacém foi decisiva, como também nos disse Lino Nunes: “O contrato assinado com a Câmara Municipal foi um contrato de comodato, com a duração de 5 anos, renováveis automaticamente por iguais períodos. As negociações com a Câmara Municipal correram de uma forma normal e cordial, pois a Rádio M24 tem uma boa relação com a edilidade. Houve algum atraso na assinatura do contrato, porque a própria Câmara teve de proceder a intervenções consideráveis no edifício, uma vez que este estava preparado para outro tipo de ocupação”.

Se estas duas entidades fizeram o seu “papel”, o principal esteve sempre do lado da Rádio. Ao sentir que as instalações que tinha num edifício próprio, situado na zona histórica de Santiago do Cacém, eram exíguas para os três estúdios (de emissão, edição e

informação) – um gabinete de redação, um gabinete de direção, uma copa, um WC e uma arrecadação e com deficiente insonorização –, meteu “mãos à obra” para modernizar as suas instalações.

A cedência pela Câmara Municipal de Santiago do Cacém de uma parte de um equipamento respeitante ao depósito de água, situado no Cerro da Inês, com uma área de 226m², permitiu, à Antena Miróbriga, a mudança de instalações.

Naquele espaço, através do projeto aprovado em 2017, no âmbito do incentivo à Modernização Tecnológica, foram executados trabalhos de requalificação para a reinstalação de gabinetes mais amplos e a criação de três novos e modernos estúdios de emissão, edição e informação, bem como a aquisição de equipamentos (mobiliário, computadores, servidor, gravadores, entre outros).

A rádio manteve, nas antigas instalações, o arquivo histórico, arrecadação, oficina de reparação e manutenção de equipamentos e estúdios de gravação.

Para o responsável da Rádio, as principais dificuldades para a concretização do projeto “deveu-se, principalmente, à Pandemia, que se traduziu na demora de entrega de equipamentos e mobiliários, bem como na dificuldade de mão de obra”.

“As novas instalações são essenciais, no sentido de oferecer aos funcionários melhores condições de trabalho, uma localização privilegiada e modernizações dos equipamentos que permitem prestar um serviço de excelência, quer aos ouvintes quer aos nossos clientes”, disse com ar de satisfação Lino Alexandre Duarte da Cunha Nunes.



O Alentejo surpreende sempre... pela qualidade!



A qualidade das regiões faz regiões de qualidade.

Na última edição da Ovibeja, o Alentejo, através da CCDRA, surpreendeu os visitantes com a qualidade do seu novo *stand*, um espaço moderno, atraente e suficientemente flexível para albergar, em si, mostras e iniciativas dignas de uma região com gentes de enorme potencial.

Sempre assim foi. De repente, o Alentejo surpreende e deslumbra.

No longínquo ano de 1993, quando a vinha colocava o Alentejo na vanguarda da vitivinicultura nacional, a CCR Alentejo levou até ao Terreiro do Paço, mais precisamente à sala de exposições do Ministério do Planeamento e da Administração do Território, uma exposição alentejana onde se destacavam os produtos de excelência desta região com destaque para os vinhos, mas onde pontificam, também, os azeites, os enchidos, os queijos o pão, entre outros.

Graças à qualidade de profissionais da CCR, como Filomena Avelar ou Luís Chinela, os visitantes ficaram surpreendidos pela imaginação da mostra e a qualidade dos produtos. Foi, segundo relatos da época, a melhor (de longe) exposição que passou por aquela sala e contava-se nos bastidores da mostra que o bom pão alentejano ali exposto foi petisco para alguns visitantes.

Anos mais tarde, em 2010, novamente o Alentejo e a CCDRA a surpreender o mundo. Foi no Portugal Tecnológico que o Alentejo esteve também muito, mas muito à frente de todas as regiões com um *stand* ultramoderno com zero papeis, com a tecnologia a

mostrar-se e com a arte a chamar a atenção para as capacidades do Alentejo.

Se a “Valquíria Enxoval” de Joana Vasconcelos deu grandeza à mostra alentejana com os alinhavados de Nisa e outros bordados, aplicações em feltro, rendas de bilros, frioleiras, olaria pedrada, tricô e croché em lã feitos à mão, tecidos, adereços, poliéster, cabos de aço, inspirando-se no artesanato de Nisa e nos enxovais que tradicionalmente integravam os dotes das noivas nisenses, a capacidade de colocar a tecnologia ao serviço da divulgação das empresas surpreendeu todos.

Para além desta mistura mágica entre tecnologia e arte, o Alentejo mostrou, ainda, a capacidade de juntar alentejanos ilustres a falarem sobre “esta coisa” de ser alentejano e querer fazer do Alentejo uma terra com futuro. Os Comendadores Rui Nabeiro e António Silvestre Ferreira mostraram, mais uma vez, que o Alentejo surpreende porque é surpreendente.



Texto
Mário Simões

Há 25 anos, ficámos a saber quem era quem na Comunicação social alentejana e estremenha

Texto
Mário Simões

A cooperação institucional entre o Alentejo e a Extremadura veio, de alguma forma, aprofundar as relações existentes entre as populações da raia e dar a conhecer melhor, quer a alentejanos quer a extremenhos, as realidades das duas regiões transfronteiriças.

A comunicação social, por desempenhar uma função indispensável junto da população e tendo em conta que facilita a transmissão de ideias, de atitudes, de factos e de opiniões que podem facilitar a aproximação entre pessoas e povos, mereceu, quer da parte, então, da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo quer da Junta da Extremadura, uma importância acrescida.

Para dar a conhecer aos profissionais da comunicação social, e não só, as realidades das duas regiões em matéria de meios de comunicação social, foi editado, há 25 anos, o “Guia Conjunto dos Meios de Comunicação Social Alentejo- Extremadura”.

O Guia, bilingue, foi elaborado pelo Gabinete de Iniciativa Transfronteiriça – Núcleos de Évora e Mérida –, em colaboração com o Centro de Documentação e Informação da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo.

Organizado em seis grupos, abrangendo jornais, revistas, rádios, televisão, agências de notícias e associações profissionais, a publicação dava informações de contactos, telefone, responsáveis, tiragem e raio de ação, o que permitia uma maior difusão de

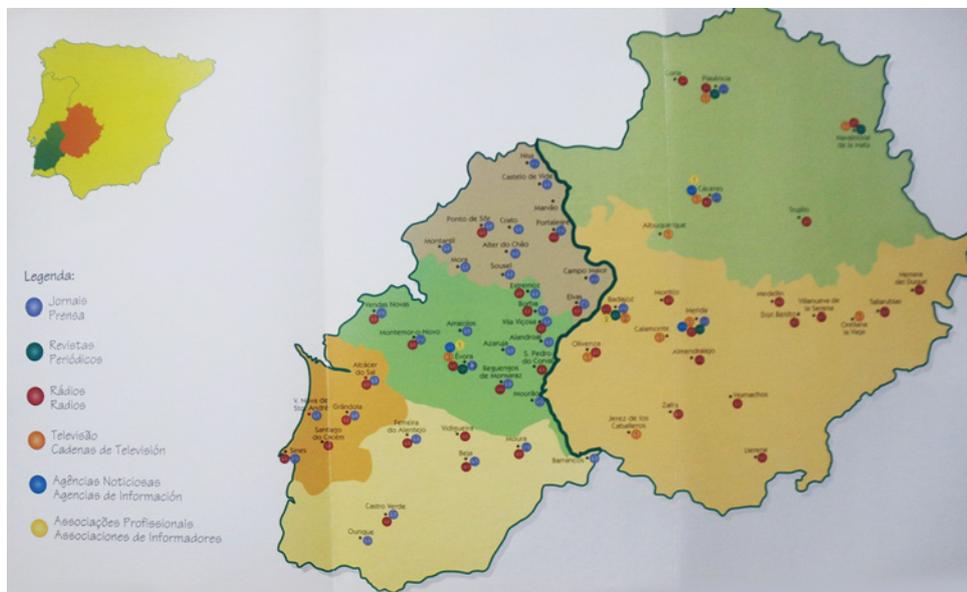
informação, que iria conduzir a uma maior cooperação e ao desenvolvimento de propostas conjuntas numa área vital para o progresso de qualquer região ou país.

Não era objetivo da edição do Guia fazer uma análise mais pormenorizada das realidades em termos de comunicação social das duas regiões. Esse objetivo estava guardado para uma segunda edição do Guia que, no entanto, nunca veio a ser realizada.

O Guia Conjunto dos Meios de Comunicação Social Alentejo-Extremadura é, hoje, uma peça importante para quem queira fazer a história da Comunicação Social nas duas regiões ibéricas.

Interessante será verificar que, a 17 de março de 1998, havia, no Alentejo, cerca de 53 jornais contra oito considerados na Extremadura; seis revistas alentejanas contra cinco na Extremadura; vinte e seis rádios operavam no Alentejo, enquanto que na vizinha Extremadura havia 38 estações emissoras. Os extremenhos tinham onze televisões enquanto os alentejanos não tinham nenhuma regional, limitando-se a ter correspondentes das três nacionais: RTP, SIC e TVI.

A agência Lusa trabalhava no Alentejo. Na Extremadura, eram três as agências que noticiavam a região. A Alimprensa era a única associação profissional do Alentejo. Já em território extremenho, três associações zelavam pelos órgãos de comunicação social e seus profissionais.



O associativismo na administração pública presta um enorme serviço público

Texto
José Rilhas

O associativismo desde há muito tempo que existe no seio das entidades públicas. Os seus funcionários foram-se organizando em associações com as mais variadas designações, como clubes culturais, desportivos, recreativos e casas do pessoal. Estas associações, sem fins lucrativos, têm como objetivo principal a dinamização de eventos lúdicos para os seus associados, promovendo o convívio entre colegas e até novas amizades.

Estas interações entre colegas, como se de eventos de “Team Building” se tratasse, acabam por ser refletidas no dia a dia das entidades, onde tem um efeito benéfico na qualidade do trabalho, através da motivação e de boas dinâmicas entre colegas. Além da dinamização destas atividades, algumas associações têm valências com uma importância relevante na vida dos seus associados e familiares, como é o caso da Casa do Pessoal da CCDR Alentejo que, de entre as atividades e valências, tem duas de grande importância:

1 – Ser tomadora de um seguro de saúde bastante vantajoso para os seus associados e familiares, que acaba por ser um complemento ao sistema de saúde dos funcionários públicos (ADSE).

2 – A gestão do “Refeitório Cantina da CPCCDRA”, que se encontra concessionado a uma empresa e protocolado com os Serviços Sociais da Administração Pública.

A cantina apresenta-se como a mais importante que a Casa do Pessoal tem, beneficiando de um universo de mais ou menos 250 funcionários públicos no ativo e aposentados que ali se dirigem diariamente para tomar a sua refeição, podendo optar por *take-away*.

E é nesta valência que a CPCCDRA acaba, também, por prestar um verdadeiro apoio social, na vertente do bem-estar mental, aos inúmeros aposentados que o frequentam regularmente. Quem conhece a realidade

sabe que a maior parte dos que preferem o *take-away* se deslocam mais cedo para poderem conviver uns com os outros no período de tempo em que aguardam pela refeição, o que, para alguns, poderá ser o único momento de convívio que terão durante o dia.

Estas associações têm, assim, um papel importante no seio das entidades públicas e que, por vezes, algumas delas acabam por ter uma enorme importância para aqueles que já não estão no ativo da administração pública, como é o caso da Casa do Pessoal da CCDR Alentejo.



SABIA QUE...



Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020

O **Alentejo 2020** já apoiou 4665 candidaturas?

O **Alentejo 2020** já apoiou 125 equipamentos sociais e de saúde?

O **Alentejo 2020** já beneficiou 13 303 crianças, através do apoio a infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação?

18 134 equipamentos informáticos foram atribuídos a escolas e cedidos a alunos carenciados, com o apoio do **Alentejo 2020**?

O **Alentejo 2020** já apoiou 1 647 estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais?

O **Alentejo 2020** já apoiou 11 708 participantes em ações de trabalho socialmente necessário?

O **Alentejo 2020** já apoiou 159 209 m2 de criação ou reabilitação urbana?

203 habitações em áreas urbanas já foram reabilitadas com o apoio do **Alentejo 2020**?

Já beneficiaram dos fundos europeus 569 empresas, com o apoio do **Alentejo 2020**?

102 empresas já foram apoiadas em inovação produtiva para a criação de novos produtos, processos e sistemas de combate à COVID-19?

Cofinanciado por:



A Universidade de Évora pronta para responder aos desafios estruturais do Alentejo

A afirmação do papel das Universidades no desenvolvimento regional e no reforço dos processos de coesão social e territorial é, atualmente, um tema muito mencionado e debatido, o que denota a sua relevância, por inferência, também para o Alentejo.

Múltiplas análises têm demonstrado o impacto positivo da presença das instituições de ensino superior nos territórios de implantação, numa perspetiva que vai para além do efeito multiplicador que a presença de docentes e de estudantes tem na dinamização das economias locais — e que não é de somenos importância. Sabe-se, atualmente, que tais benefícios se espraiam por múltiplos níveis da atividade económica, influenciando o tecido social bem como as dinâmicas culturais.

As universidades constituem, no espaço regional, elementos privilegiados de atração de investimento e de financiamento, tanto público como privado, de captação e de fixação de recursos humanos qualificados, de dinamização da vida urbana e mesmo de requalificação do edificado. Tudo isto para além de, pela sua natureza, serem instituições geradoras de conhecimento e, por essa via, contribuírem para o incremento da cultura humanista, científica e técnica das populações, nos seus mais diversos níveis.

Os efeitos potenciadores das universidades, no espaço regional, são, pois, inquestionáveis. E a Universidade de Évora é, a este título, um bom exemplo.

Sendo uma instituição de ensino superior com reconhecimento internacional, a Universidade de Évora não se exime da sua responsabilidade estratégica relativamente à região em que se insere.

Os dados apresentados para o Alentejo pelo Censo de 2021 evidenciam uma quebra de 6,9 na população residente. São números incómodos e desafiantes, que colocam sobre os agentes e as instituições com responsabilidades, tanto ao nível regional como central, o ónus e a urgência de construir respostas duradoras e coerentes face a problemas desta magnitude.

A Comissão de Coordenação Regional do Alentejo tem tentado adequar os seus programas e as suas linhas de financiamento às necessidades da região e a Universidade de Évora tem tentado dar resposta a esses desígnios, contribuindo para a elaboração dos programas operacionais, participando na sua avaliação e, sobretudo, dinamizando projetos e iniciativas que corporizem e alavancuem o desenvolvimento da região.

De uma região que, apesar do decréscimo populacional e da concomitante diminuta representatividade político-parlamentar, se encontra num acelerado processo de mudança, tanto ao nível económico como social e, mesmo, cultural. Uma análise atenta deixa antever o aparecimento e/ou consolidação de novos polos de desenvolvimento regional, congregando atividades económicas marcadas por uma acentuada inovação.

Em muitos destes polos, a Universidade está presente, tanto ao nível da investigação como assegurando formação especializada.

Os objetivos de médio prazo que traçamos para o desenvolvimento da Universidade procuram responder, por um lado, aos desafios estruturais que se colocam à sociedade contemporânea e, por outro, ao que consideramos serem os desafios da região em que nos integramos.

A agropecuária, os recursos hídricos, as energias renováveis, a ciência de dados, a saúde, o património e as artes constituem áreas de investimento futuro. Através delas procuramos responder a alguns dos desafios estruturais com que todos nos deparamos: os efeitos das alterações climáticas, a promoção da sustentabilidade económica e ambiental, sem esquecer a necessidade de dotar os nossos jovens das competências necessárias à gestão de uma sociedade de informação.

A abertura, no ano letivo que agora se inicia, de uma formação de 1º ciclo em Ciências Biomédicas e da Saúde corresponde a um dos compromissos assumidos na área da saúde e concretiza uma das apostas da Universidade de Évora.



Hermínia Vasconcelos Vilar,
Reitora da Universidade
de Évora





Luís Loures,
Presidente Instituto
Politécnico de Portalegre

Por um ALENTEJO melhor e mais competitivo...

Alentejo, sendo a maior região nacional, e também uma das maiores, formalmente constituídas, a nível Europeu, apresenta, como todos sabemos, fragilidades muito significativas, relativamente às quais, infelizmente, não têm existido medidas concretas, capazes de contribuir, efetivamente, para a sua mitigação. Mas mais do que centrar a narrativa desta intervenção nos problemas da região, naquilo que não se fez, naquilo que não temos ou, ainda, naquilo que poderia ter sido feito, importa olhar para o lado virtuoso do problema, apresentando, discutindo e definindo estratégias capazes de mitigar os efeitos da interioridade e combater aquilo a que costumamos, “jocosamente”, chamar de planeamento de “*rabo na boca*”. Um planeamento onde não há, porque não se faz e não se faz, porque não há!

É, neste contexto, centrado num período em que os modelos tradicionais de desenvolvimento territorial vivem momentos disruptivos, resultantes, não só das grandes transições operadas ao longo da última década (climática, energética, digital, demográfica, migratória e sociocultural), mas também da apropriação e integração de mais e melhor tecnologia e de mais e melhores ferramentas de comunicação e interação, que tenho defendido a importância de estarmos preparados para descobrir novos futuros, que reforcem o papel da investigação, da inovação, do conhecimento, da criatividade, da cultura e da democracia, na definição de modelos de governação capazes de dar resposta às tarefas que as novas gerações e o planeta exigem.

Vivemos tempos que nos permitem acreditar num novo Alentejo, onde o futuro, outrora “irremediavelmente fatalista”, já não se encontra pré-determinado. Pelo contrário, o Alentejo é hoje uma região para a qual podemos prever múltiplas evoluções possíveis, que dependerão apenas daquilo que formos capazes de fazer relativamente a cada um dos desafios que hoje se colocam à região. Fomos pioneiros relativamente à Economia Circular e somos, hoje, a primeira região com um projeto transversal ao nível do combate às alterações climáticas! Temos, hoje, condições para nos tornarmos verdadeiramente competitivos, aumentando a nossa capacidade de atração e fixação de talento, de empresas e de investimento externo que, em conjunto, funcionarão como mecanismo de reforço positivo do ecossistema produtivo e da região.

De facto, numa sociedade cada vez mais globalizada, promotora de contextos progressivamente mais competitivos, onde pessoas e organizações competem por recursos de natureza diversa, precisamos de um Alentejo que, focado no desenvolvimento de respostas locais aos desafios globais, seja um dos motores do desenvolvimento do país, criando condições para garantir a igualdade de oportunidades, para promover a cooperação entre todos os atores regionais, contribuindo para um reforço significativo da competitividade num país, ainda, demasiado desequilibrado do ponto de vista da ocupação territorial.

Neste contexto, o ensino, a formação, a investigação e a inovação continuam a ser os pilares fundamentais para o crescimento e para a afirmação de uma região onde as taxas de escolaridade de nível médio e elevado se continuam a situar muito abaixo da média nacional e onde o esforço regional em Investigação e Desenvolvimento está ainda longe da média nacional.

Importa, por isso, apostar na formação, na capacitação, no talento e, consequentemente, na atração de jovens. Só assim seremos capazes de reverter aquele que é, sem dúvida, o maior desafio do nosso Alentejo – a demografia.





Maria Carvalho,
Presidente do Instituto
Politécnico de Beja

IPBeja: um polo de atratividade de jovens para o interior do Alentejo

O Instituto Politécnico de Beja (IPBeja) é um fixador dos jovens do Concelho de Beja (41,2%) e um polo de atratividade dos jovens, principalmente dos Distritos de Faro (13%), Setúbal (7,8%), Évora (6,9%), Lisboa (3,6%), Açores (1,2%), Madeira (1,0) e também de fora de Portugal (20,8%). Aumentar o atual número de estudantes, sob o lema “Afirmar o Presente para sustentar o futuro”, é o objetivo central da atual Presidência.

Sem dúvida que o alojamento a custos acessíveis é uma das principais barreiras à atratividade de estudantes e, atualmente, o IPBeja tem apenas uma capacidade de oferta de 14% dos alojamentos necessários.

Para ultrapassar essa barreira, o IPBeja, em parceria com a Câmara Municipal da Cidade, viu aprovada, em 2022, a candidatura a uma nova residência estudantil através do Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES), no valor aproximado de 16 milhões de Euros. Esta residência permitirá oferecer, a partir de 2026, 503 novas camas com vantagens ao nível do conforto, eficiência energética e eficiência hídrica. Esta residência posicionará, ainda, o IPBeja como sendo a Instituição com melhores rácios cama/aluno localizada no sul do país. Adicionalmente, tornar-se-á um dinamizador da economia local.

Esta residência habilitará, também, o IPBeja a receber estudantes com mobilidade reduzida e a sustentar a Marca de Entidade Empregadora Inclusiva que alcançou no final de 2021 e que se destina a promover o reconhecimento e a distinção pública de práticas de gestão abertas e inclusivas.

O Campus do IPBeja é, também, um *Healthy Campus*, certificado, em 2022, pela Federação Internacional do Desporto Universitário (FISU) nas áreas da atividade física e do desporto, da nutrição, da prevenção de doenças, da saúde mental e social, da prevenção dos comportamentos de risco, do ambiente, da sustentabilidade e da responsabilidade social e destinado à promoção de estilos de vida saudáveis e ativas que se tornará, por si só, também, um polo de atratividade de estudantes para o IPBeja.

O IPBeja, neste ano letivo de 2022/2023, irá apostar na descentralização da sua oferta formativa a nível de cursos técnicos superiores especializados (CTESP) em Moura e em Odemira, prevendo o alargamento em 2023/2024 a Almodôvar e a outros Municípios que se venham a mostrar interessados em colaborar com o IPBeja.

Maria do Carmo Morgado, as pessoas, o mundo..., mas sempre o Alentejo



Maria do Carmo Morgado

Escrever sobre mim. Confesso que me deixa nervosa. Acabo sempre por ir remexer nas minhas memórias e, entre sorrisos e algumas lágrimas, acabo por, em segundos, fazer um filme de emoções numa versão curta-metragem, porque o tempo, esse, é sempre pouco.

Pois então... sou mulher, casada, tive a sorte de encontrar a minha alma gémea, sou mãe de dois homens fantásticos e sou alentejana. É assim que sempre me apresento em qualquer canto do mundo.

Sempre fui eternamente grata a cada acordar e a cada instante.

Adoro ser mulher, feminina, sensível, mas forte como um rochedo, trabalhadora e de objetivos. Adoro o que faço. Sou comunicadora nata e a moda sempre foi o meu complemento.

A toda a hora faço novos conhecimentos, acompanho as estações e as tendências, modelos e cores que nas diferentes coleções e marcas seduzem e vestem pessoas.

É fascinante este mundo da moda em que vivo. Viajar pelo mundo é um bem valioso que me enriquece. Mas, longe ou perto, as raízes estão em mim e por elas me destaco e, por isso, agradeço à minha família e ao meu Alentejo por ser assim, genuína no meu ser.

Sou alentejana. Foi aqui que aprendi a ser do bem e a praticar o bem em qualquer lugar onde estou. Digo, como boa alentejana e sem receio, o que sinto, pugno pela verdade. Sou muito exigente comigo, às vezes até demais. Mas, sabem, quando olho para o meu interior gosto do que vejo: aquela eterna gaiata que nunca parou de sonhar e hoje é uma mulher feliz e, a cada nova conquista, orgulhosa de si.

Vivo em Sintra, ando pelo mundo, mas sou das pessoas.

Foi na minha cidade, Évora, onde, além de ter nascido, comecei a crescer e a ter vontade de gritar ao mundo o que a cidade bela todos os dias me sussurrava. Vive.

As muralhas desvendavam-me segredos de séculos passados e, assim, despertaram em mim a vontade, por entre as histórias que esta minha cidade me contava, de nos escritos que publico, dizer ao mundo o que no meu coração se passava.

Agradeço, ainda, à minha parente Florbela Espanca, pelos genes com que me abençoou. Escrever é também uma parte de mim.

Tudo o que faço é de forma intensa. Sempre que posso, escapo-me da correria da vida para ir namorar com o meu Alentejo, porque, acreditam, por muito que o mundo mude, aí por esses nossos lados, a paisagem vai aquietar-nos sempre o coração; as árvores, essas, vão estar sempre lá para nos acolher nas suas sombras; as muralhas firmes para nos proteger e as nossas gentes para nos acompanhar.

Sou cidadã do mundo. Mas sou mesmo é do meu Alentejo.

Maria do Carmo Morgado, é gestora de marcas, trabalhou na direção de multimédia e novos projetos da RTP, na direção de marketing do Grupo LANIDOR, no Instituto de Comunicação Social, Conselho Consultivo da TVI, foi ainda jornalista em vários meios de comunicação social.

Cultura no Pós Alentejo-2020

Da democratização à Democracia Cultural

—
 Texto

Ana Paula Amendoeira,
 Diretora Regional de Cultura
 do Alentejo



A Direção Regional de Cultura do Alentejo solicitou ao OPAC (Observatório Português das Atividades Culturais), cumprindo uma orientação da tutela da Cultura, que realizasse um estudo sobre o setor da Cultura no Alentejo, de modo a permitir que o mesmo informasse linhas de trabalho orientadoras de um plano estratégico regional para a Cultura no Alentejo e, também, na medida em que tal seja possível contribuir para o ciclo Alentejo 2030 e respetiva visão estratégica.

Este estudo foi realizado em plena pandemia, em condições difíceis, e após conseguirmos ultrapassar vários constrangimentos, sobretudo de ordem financeira, para a sua execução, o que justifica o relativo atraso com que o conseguimos disponibilizar. Importa sublinhar que cumprimos uma orientação da tutela a nível nacional, tendo sido realizados estudos similares nas regiões do Norte e do Centro. No caso do Alentejo, decidimos que o estudo incluiria, também, os 11 municípios da Lezíria (Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo), apesar de estes não se encontrarem na área de missão da DRCA Alentejo, para assegurarmos a maior equidade possível da área correspondente à NUT II.

O estudo Cultura no Pós Alentejo-2020 (disponível em: Direção Regional de Cultura do Alentejo (cultura-alentejo.pt)) foi apresentado publicamente na CCDRA, no passado dia 4 de julho, e representa uma escuta à comunidade da cultura e das instituições da nossa região que nos deve ajudar a ir mais ao seu encontro no futuro. Participaram as Comunidades Intermunicipais, os Municípios, as Organizações e os agentes culturais da região.

Esta “escuta” da região aponta-nos algumas linhas muito fortes para termos em conta no plano estratégico que estamos a preparar no seguimento deste estudo. Deixamos aqui as mais relevantes:

- A importância de a Cultura ser, claramente, afirmada no Alentejo 2030, correspondendo à sua importância estratégica para o desenvolvimento sustentável da região, em alinhamento com a transição digital e com as orientações de política comunitária e nacional. Aqui, sublinhamos, particularmente, o Novo Bauhaus Europeu; a Estratégia Nacional do Saber Fazer Tradicional de que o Alentejo é a região piloto por resolução Gover-

namental de 2020 e o Plano Nacional das Artes em fortíssima ligação com a Educação e a Transição Digital, transversal a todos os domínios da governação. No âmbito do processo de discussão e de preparação da próxima Estratégia Regional de Especialização em que a DRCA Alentejo participou, tivemos, então, a oportunidade de transmitir estes contributos no que respeita à relevância do alinhamento da estratégia com documentos de política nacional e comunitária.

- A cultura deve ver reforçada a sua afirmação como fator de desenvolvimento em todas as dimensões e assumida transversalmente no seu papel estratégico em todos os setores de atividade.

- Os Municípios, as Organizações e os Agentes Culturais participantes no estudo reconhecem a necessidade de uma maior orientação política para a visibilidade da Cultura, relativamente ao verificado no Alentejo 2020.

- Reforça-se a necessidade de criar uma Estratégia e um Plano Regional de Cultura “orientador e integrador de planos municipais, intermunicipais, de redes e de agentes culturais”, no qual já estamos a trabalhar.

Trata-se, pois, de assegurar não só a coerência e a visibilidade de uma Política Territorial de Cultura para o Alentejo, articulando-a às outras Políticas Públicas nacionais e comunitárias, em forte alinhamento com os processos de transição digital já previstos, também, no PRR da Cultura, mas também de garantir que ela assenta num conhecimento da realidade sócio cultural da região e a acompanha.

Neste contexto, recomenda-se que o Plano Regional de Cultura assegure, inscrevendo nele com clareza, a sua correta articulação a setores, tais como a Educação, a Economia, a Transição Digital, entre outros, de modo a ir ao encontro do que aponta o relatório do OPAC.

Consideramos, assim, duas grandes dimensões de intervenção transversais aos outros setores económicos e sociais: a Criação Cultural/pensamento crítico e a Salvaguarda e a conservação do património cultural construído e imaterial.

Nesse sentido, estamos a trabalhar para podermos dar viva expressão ao proclamado e ambicionado na recente Carta do Porto Santo, na qual se afirma a relevância de evoluirmos da Democratização Cultural para a Democracia Cultural. Uma ambição forte e arrojada para o nosso futuro, avançada, e que, verdadeiramente, conta com as pessoas e as comunidades de forma inteira. Não apenas no que respeita ao acesso e fruição da cultura e do património, mas, sobretudo, para uma participação ativa e não passiva, para uma apropriação do que é público pelos cidadãos verdadeiramente implicados na construção dos seus destinos. Esse é o objetivo da democracia cultural: orientação de política pública nacional afirmada na Carta de Porto Santo e desenvolvida, entre

outros, através do trabalho do Plano Nacional das Artes em estreita articulação com os setores da Educação e da Ciência. A DRCA Alentejo está a trabalhar em conjunto com o PNA, no sentido de se criar, como projeto piloto no Alentejo, o estatuto da Responsabilidade Cultural das Empresas e das Organizações na nossa região, com vista a contribuir para esta implementação.

É com esta esperança neste próximo ciclo que iremos, ainda este ano, lançar a ÁGORA Alentejo, um fórum cultural de participação e de escuta de todos os que, diariamente, na Cultura, transversal a todos os setores, constroem, fazem acontecer, com muita resiliência, aquilo que somos, com a qualidade que temos, no Alentejo, dando expressão ao que nos foi transmitido por todos quantos participaram neste desafio para construirmos, em conjunto, o nosso futuro. O exercício da cultura por todos, não só como espetadores/consumidores e o do pensamento crítico num tempo de transições várias é o que nos torna inteiros. E é o que queremos alcançar quando trabalhamos rumo à DEMOCRACIA CULTURAL.

A importância
de a Cultura
ser, claramente,
afirmada no
Alentejo 2030,
correspondendo
à sua importância
estratégica para o
desenvolvimento
sustentável da
região.

Candidatura de Évora, e do Alentejo, a Capital Europeia da Cultura



A Transformação do Presente

Ser Capital Europeia da Cultura significa, para as cidades escolhidas, a possibilidade de elevar o seu perfil internacional, colocando a cultura, e as pessoas, ao centro, como catalisadores de mudança. Para as cidades que concorrem, candidatar-se a Capital Europeia da Cultura – a iniciativa cultural mais emblemática da União Europeia – significa espoletar um processo de regeneração e de transformação que, partindo da cultura, tem um impacto profundo em outras dimensões da cidade, nas vidas dos seus habitantes e na construção de um futuro comum. Independentemente de Évora, e do Alentejo, ganharem ou não o título, este processo já foi desencadeado, e é, acreditamos, irreversível. Esse é o maior legado da

A Comissão Europeia entende o processo de candidatura a Capital Europeia da Cultura como uma oportunidade para as cidades repensarem todo um conjunto de ações de forma integrada e concorre para uma reorganização ao nível do desenvolvimento e coesão territorial. Em concreto, espera-se que as cidades respondam a critérios como a dimensão europeia da candidatura, o conteúdo cultural e artístico proposto, a contribuição da candidatura para a estratégia cultural de longo prazo, a capacidade de chegar às pessoas e a capacidade de gestão e de concretização de todo o projeto. Espera-se, também, que a candidatura reforce o sentimento de pertença e de comunidade e impulse a criação de uma nova atmosfera cultural na cidade e no desenvolvimento das suas múltiplas dimensões, interligando-as. No caso de Évora, e do Alentejo, este processo implica repensar as escalas de relação da cidade com o território, com o país e com a Europa. Implica desenvolver a dimensão europeia da sua oferta cultural, promover a cooperação transnacional, ampliar o acesso e a participação cultural e fortalecer o seu setor cultural e criativo, desenvolvendo vínculos a outros setores. E implica ressignificar a importância de Évora e do Alentejo para o país e para a Europa.

Em rigor, a candidatura a Capital Europeia da Cultura não incide sobre o passado de uma cidade. Foca-se, isso sim, na transformação do presente, ou seja, na projeção do futuro de uma cidade. Partindo da riqueza histórica e cultural da região, esta candidatura é sobre o quão de futuro para a Humanidade encontramos no Alentejo. Acreditamos que as práticas de vida que encontramos no Alentejo podem dar um contributo para o rumo que o mundo deve seguir

e, por isso, propomos o “vagar” como nova narrativa, nova vaga para a humanidade, renovando todo um discurso que o Alentejo pode desenvolver para si, para o país e para o mundo.

Todos estes aspetos estão plasmados no dossiê de candidatura (*bid book*) cuja primeira versão foi entregue em novembro de 2021. Este documento contém toda a proposta de Évora para ser Capital Europeia da Cultura em 2027 e brota do território e das suas gentes, reunindo várias vozes numa voz coletiva, aglutinando aspirações e projetos que fomos recolhendo num processo participativo que, como o “vagar”, é multifacetado, e está em contínua construção. O envolvimento, a mobilização e o compromisso das pessoas, empresas e instituições de todo o Alentejo continua a ser relevante e determinante para o sucesso do designio a que nos propomos.

Os próximos meses serão decisivos. Depois de entregar a versão revista do dossiê de candidatura a 21 de outubro, receberemos, em Évora, a 28 de novembro, a visita de representantes do painel internacional de especialistas independentes que avalia as candidaturas, antes da audiência final com esse mesmo painel, que acontece a 06 de dezembro, em Lisboa. A 07 de dezembro, ficaremos a saber qual das quatro cidades portuguesas finalistas – para além de Évora, estão na corrida Aveiro, Braga e Ponta Delgada – será Capital Europeia da Cultura em 2027. Até lá, é fundamental acreditar, participar e mobilizar o território em torno de um designio comum: levando o “Vagar” ao mundo, trazer a Capital Europeia da Cultura para Évora e o Alentejo, em 2027. Sozinhos sussurrámos, juntos somos um coro.

Recorde-se que a candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura em 2027 é promovida pela Comissão Executiva “Évora 2027”, liderada pela Câmara Municipal de Évora. Esta Comissão Executiva é ainda constituída pela Direção Regional de Cultura do Alentejo, Universidade de Évora, Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, Turismo do Alentejo – ERT, Fundação Eugénio de Almeida e Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo – ARPTA.

A Equipa de Missão Évora 27 – Cidade Candidata a Capital Europeia da Cultura

Tudo isto é obra dos apaixonados e só eles têm o privilégio de levantar o mundo

—
Texto
Mário Simões

Só quem é parco em originalidade encontra na imaginação de outros a frase certa para definir um sentimento único e exclusivo sobre uma personagem que é não só exemplar, social, humana e profissional, mas também uma luz guia nos caminhos da vida, que, de tão bela, é sinuosa, imprevisível e muito imperfeita.

Escrever sobre Manuel Madeira Piçarra é como escrever um livro já escrito. Nada do que possamos acrescentar traz qualquer coisa de novo, qualquer coisa que surpreenda e muito menos que emocione. Por isso, a minha falta de originalidade levou-me a procurar, por aí, alguma frase, alguma palavra que defina o sentimento do escriba. E, se falta a originalidade, não falta esforço e, com ele, encontrei.

“Foi gritando que eu aprendi a cantar: sem nenhum pudor, sem pecado. Canto para espantar os demónios, para juntar os amigos. Para sentir o mundo, para seduzir a vida”. Que raiva de não ter a genialidade de Agenor de Miranda Araújo Neto, conhecido como Cazuzu, um dos maiores ídolos da geração do pop-rock brasileira dos anos 80, para escrever esta frase, que é a fotografia do fundador do Diário do Sul.

O que faz um jornalista, um repórter, como diz o senhor diretor, não é a facilidade em descrever acontecimentos ou o conhecimento das fontes ou mesmo a sua capacidade de trabalho. O que faz um jornalista é o amor. E, muito mais que o amor à profissão, é o amor à vida.

Nas longas conversas que Madeira Piçarra tem com todos



os que se abeiram dele, o que se destaca, o que ele ensina é o amor. Todas as histórias, todos os testemunhos que ele dá têm um denominador comum, o amor à vida.

“Aquele que se apaixona por um projeto; por uma obra; por um sentimento de esperança ergue, a seu modo, qualquer coisa de positivo, por muito pequeno que seja o contributo para a sociedade.

Erguer a sua casa; pintar uma tela; plantar uma árvore; escrever um livro; ler o amor nos olhos de uma mulher, tudo isto é obra dos apaixonados e só eles têm o privilégio de levantar o mundo”. Escreve ele no seu livro “A testemunha”.

Falar de sentimentos não é coisa fácil, nunca foi. Se hoje há formas anónimas de abordar temas onde o amor, a amizade, a raiva, o ódio são protagonistas, fazê-lo de peito aberto, de cara descoberta, não é hoje, e muito menos ontem, tarefa fácil e ao alcance de todos.

Para Manuel Madeira Piçarra é fácil e ele, desde muito novo, por exemplo, nas páginas do Notícias de Évora, um jornal que faz parte da história da cidade de Évora, mostrava que o sentimento faz parte da vida e da sociedade e, por isso, tal como qualquer acontecimento, o sentimento merecia ser abordado com verdade.

Essa verdade, essa necessidade de mostrar o mundo, que começava na sua rua, na sua cidade, mas que começava também na sensibilidade, no humanismo interior, na liberdade coletiva e individual, fez com que o jovem Madeira Piçarra

encontrasse nos jornais a forma de ser protagonista ativo na construção do mundo.

“Naquele dia, eu e o Teixeira e o Claudino, fizemos um jornal de parede e colocámo-lo na vitrina que estava nos claustros... Perfilados e com sangue a atingir faces apanhámos o Dr. Gro-micho de boa catadura. E diz-nos apenas: isso é proibido.

Passados dois anos, chamava-me ao gabinete. Tu é que fizeste o jornal de parede. Vai agora ajudar o Dr. Cotta no jornal do Liceu. Fui, então, o jovem mais feliz da Escola. Fiz o “Corvo”; nasceu-me a febre pela escrevinhação”.

Uma das maiores qualidades dos seres humanos é a capacidade de sonhar, que mais não é a capacidade de tornar simples e fácil tudo aquilo que amamos e acreditamos. Ter uma prosa com Manuel Madeira Piçarra é ver um mundo real com tudo o que há de bom e mau, mas acabar a conversa com uma certeza: tudo tem possibilidade de ser exatamente como desejamos, basta, para isso, acreditar na missão que temos e naquilo que desejamos.

Muitas vezes, pensamos onde está a verdade, onde está a imaginação para tornar real o sonho. Madeira Piçarra nunca duvidou onde estava esse pote que esconde o maior tesouro do homem, a sabedoria. E essa sabedoria adquire-se e adquiriu-a com a leitura. Depois de ir “escrevinhando” pelo jornal da terra, começou a concretizar os sonhos e aos vinte anos lança-se na aventura de fazer uma revista literária.

Apesar das dificuldades motivadas pelos processos burocráticos da ditadura, o “Horizonte” teve cinco números e depois o “D. Quixote”, que lançou alguns nomes sonantes das letras portuguesas, também não teve uma vida longa, embora, ainda hoje, exista como suplemento do Diário do Sul.

“Volto ao papel e faço o Jornal de Évora, um semanário refilão numa cidade parada no jornalismo da província. Triunfa depois de vencer mil oposições. Tal como antes, teimosamente persisto.

Até que...fazemos o “Diário do Sul”, a grande caminhada, a aposta na realidade alentejana.”

O poder olha apara o jornalismo de duas formas, opressor ou paternalista. Para que o poder entenda que o jornalismo é um parceiro no desenvolvimento da região que serve, tem de ter como interlocutor pessoas conhecedoras, inteligentes e determinadas.

Nos anos sessenta, fazer jornais não era coisa fácil e fazer jornais livres e com ambição de serem comercialmente rentáveis era uma coisa impensável para a inteligência da época.

Manuel Madeira Piçarra tem uma forma “especial” de ver a sociedade. Soube sempre usar a inteligência para vencer as dificuldades, soube contrapor ao poder a verdade e os objetivos e a necessidade da sua região ter um jornal.

Nunca se perdeu em guerrilhas, política ou partidária. Afirmou-se sempre pelo questionamento das realidades, com o objetivo de ajudar o Alentejo a ser uma região cada vez melhor. Venceu os desafios da ditadura, contou com apoios de setores importantes da sociedade e conseguiu que a região tivesse o “seu” diário.

E se venceu o cinzentismo do “Estado Novo”, teve, também, de enfrentar os tempos em que estados de outras cores se queriam instalar em Portugal e no Alentejo”.

“Seriam 17 horas quando um agente da polícia entra no meu gabinete e me informa para ir, urgentemente, ao Quartel

General... Estou lendo de pé uma revista. Súbito, atrás de mim, dois militares de metralhadora aperrada fitam-me, em silêncio. “Desviem daqui os ferros que eu não fujo”, foram as únicas palavras que lhe disse. Abre-se uma porta em frente.

Aparece-me o mesmo major que me diz, secamente: “Vai para Caxias, preso à ordem da Copcon”.

Falar com o senhor diretor dos anos de 74/75 é ver um filme cheio de conflitos, conspirações, traições, aproveitamentos, solidariedade, coragem e crença no futuro em liberdade e também desilusões. Madeira Piçarra não era o ator principal, ele, que já antes era, tornou-se, de certa forma, a consciência da liberdade o refúgio dos que queriam ter liberdade de ser o que queriam ser.

Um dia, na Praça do Giraldo, encontrei o meu tio que me disse meio em surdina, “vou ali à do Piçarra levar um texto para ele publicar amanhã”. No dia seguinte, li, então. Era um indivíduo que publicava uma declaração em que afirmava nunca ter pertencido à polícia política do antigo regime.

Passado esses tempos, marcadas em cada risco na face de Manuel Madeira Piçarra, outros sonhos, outras lutas povoaram a mente do senhor diretor. Voltar a modernizar o jornal, torná-lo maior, fazer dele uma referência não só no Alentejo, como no Sul e em todo o Portugal.

Se Salazar lançou, no Alentejo, a “grande campanha do trigo”, Madeira Piçarra lançou a grande campanha do Diário do Sul. Não havia taberna, não havia consultório médico ou de agente das leis, fosse em que terra fosse, onde o jornal do Piçarra não fosse presença diária.

Aumentaram os colaboradores do jornal, o número de páginas, as secções, a modernização foi uma realidade e com ela ultrapassou a concorrência. Gente nova com novas ideias foram surgindo e sempre o senhor diretor as aceitou com um sorriso e aquele incentivo que fazia com que se trabalhassem com alegria quer na travessa de Santo André quer, mais tarde, na estrada de Arraiolos.

A luta pela melhoria e acessibilidade da Praça maior de Évora, o empenho para que Évora fosse cidade Universitária foi uma luta de Madeira Piçarra. Decisiva, foi, também, a sua ação para que a Universidade de Évora ministrasse um curso de comunicação social. A concretização de um sonho de poder haver rádios que falassem das terras e da região, o sonho de haver uma televisão regional, o desejo de que um dia os alentejanos possam ter a sua região motivam o seu dia a dia. Podia ficar aqui a enumerar factos, histórias, desejos, acontecimentos que, só por respeito ao espaço que temos de ter no jornalismo, me fazem ficar por estes acontecimentos, que são uma ínfima parte do sonho de senhor Diretor.

Manuel Madeira Piçarra é avesso a aparecer e isso faz dele uma pessoa misteriosa, aparentemente afastada. Mas quando, por acaso, o acaso nos faz cruzar e a conversa acontece, não há tempo que pare a prosa, não há tempo que pare o tempo. Nunca teremos tempo para retribuir os ensinamentos, o conhecimento e a sorte que o tempo nos deu de ter, no Alentejo, um alentejano como Manuel Madeira Piçarra.

Ter uma prosa com Manuel Madeira Piçarra é ver um mundo real com tudo o que há de bom e mau, mas acabar a conversa com uma certeza: tudo tem possibilidade de ser exatamente como desejamos, basta, para isso, acreditar na missão que temos e naquilo que desejamos.

as nossas *terras*

Com cadernos e lápis na Casa das Letras em Cabrela podemos escrever... emoções

—
Texto
Mário Simões

A Casa das Letras, *Bed & Books*, em Cabrela, no concelho de Montemor-o-Novo, é “Uma casa para ler, para pensar, para se evadir, para descobrir, para escrever, para namorar, para participar, para estar tranquilo, para estar simplesmente consigo mesmo”.

Depois desta descrição, o que resta para, de forma original, escrever sobre um alojamento local elogiado por todos os que o conhecem e que desperta curiosidade a quem ainda não teve a possibilidade de o conhecer?

Fazer notícias é misturar dois tipos de informação: a fatural e a que nos é dada através dos sentidos. Esta é a mais difícil de transcrever. Era tão mais fácil elencar meia dúzia de perguntas ao mentor deste empreendimento, David Lopes, um gestor conceituado que colocou Cabrela na sua vida ou Catarina Inglês, uma jovem de Cabrela que pensou este projeto para a sua terra.

Era mais fácil, era até o mais “normal”, responderia eventualmente às questões que todos querem saber. Qual o preço da diária? como se chega a Cabrela? qual o valor do investimento? Entre outras questões relevantes.

Confesso que tinha essas perguntas “engatilhadas” até a Catarina, com um sorriso bem alentejano, me aparecer pela frente. E, se a Vila de Cabrela já me tinha encantado pelas suas casas apalaçadas, pelas casas branquinhas, pela simpatia das gentes da terra que me presenteavam alegremente com um genuíno “bom dia”, a postura da Catarina fez com que alterasse toda a estratégia.



Quando David Lopes me apertou a mão, decidi, então, na hora, que não havia perguntas, que não havia gravação, que iria haver somente aquilo que nos oferecia a terra e as pessoas: emoção e sentimento.

E viajamos pela emoção, começando pela localidade e pela lenda ligada ao nome “em tempos remotos, a região teria sido local onde proliferava a cabra selvagem”. Hoje, em Cabrela, provavelmente já não haverá tantos animais, mas mantém-se o montado, que pode ser percorrido a pé ou de bicicleta.

Com os olhos brilhantes que emocionam e nos fazem sonhar, David Lopes falou da casa que já tinha sido uma igreja, casa do povo, centro de dia para os

mais idosos e creche, que durou até não haver crianças suficientes.

Um dia, a Catarina, apaixonada pelo turismo e pela sua terra, pensou e elaborou um trabalho sobre um empreendimento turístico que, posteriormente, se enquadrou nas ideias de David Lopes. Deste encontro, resultou “Um alojamento local de características únicas no Alentejo”.

Se o largo, as gentes e os nossos anfitriões nos levam ao encanto, se a história da terra e do edifício nos desperta a curiosidade, entrar na Casa das Letras tornou-se emocionante.

Sim, já estávamos preparados para o conceito. Um alojamento que privilegia o amor aos livros, à música, à expressão mais nobre da liberdade que é a cultura. A surpresa veio com a constatação de que as palavras ditas com sentimento pela Catarina e pelo David correspondiam, com exatidão, ao ambiente, ao cheiro, ao amor que nos assalta logo que entramos.

Paz e tranquilidade é o que nos dão as salas, os corredores, os quartos que, sendo poucos, nos fazem sentir na “nossa casa”. Depois, há aquilo que é importante, mas que apenas realça o que já sabemos: o bom gosto da decoração, a qualidade dos materiais, a consciência ecológica e as ampulhetas para temporizar os banhos devem ser patenteadas e replicadas em todos os lares, onde principalmente existam jovens. Tudo isso, sendo único, é secundário quando o que nos envolve são as histórias.

E não apenas as histórias dos milhares de livros espalhados pelos aposentos ou as músicas que podemos apreciar, mas as histórias dos objetos, do piano da sala, da moça das terras do Norte ou do desejo de apreciar, para além do vinho do Alentejo, o branco da ilha do Pico.

Depois, bem, depois vem o exterior. Um simpático jardim, uma romântica piscina e o libertar da imaginação de como seria um dia passado naquele local a “curtir” os amigos, as histórias, a família, enfim, a deixar, tranquilamente, a vida passar por nós.

E as histórias continuam. Os sonhos libertam-se e os projetos têm vindo a acontecer muito por conta daquela casa minimalista que é também o pretexto para encontros literários, para conversas improváveis, entre jornalistas, escritores, cantores, homens das artes, homens que pensam e que se mostram a uma população gasta pelo tempo, mas que continua a sonhar, continua a amar a vida e a sua terra.

Onde está o futuro? Provavelmente, este será um pensamento que persiste na cabeça da Catarina e do David, principalmente deste último, deste homem do mundo, das grandes cidades, das grandes metrópoles e que percebe que o futuro está nesses locais, mas também pode estar em Cabrela.

Cabrela que foi “Glória” na Netflix, que tem a mais pequena biblioteca do país, uma iniciativa da Casa das Letras – Bed&Books e da Junta de Freguesia de Cabrela, que tem à sua frente Paula Martins,



uma jovem, igualmente dinâmica e **sonhadora**, que é casa de cantores, atores, gente conhecida que se mistura com as gentes da terra, que teimam em receber bem, em ser atores e não figurantes da vida coletiva e que fazem, também eles, a Casa das Letras.

Quando os olhares começaram a dirigir-se para os relógios, quando a necessidade de ir “ajeitar” a Casa para receber mais um grupo que iria permanecer uns dias... Atenção, ir à Casa das Letras é para ficar a usufruir. Não ir e vir era sinal de que o nosso tempo começava a esgotar-se.

Depois do aperto de mão de despedida e com vontade de ficar a permanecer, uma nova questão nos assola. Como descrever todo o sentimento em pouco espaço? que destaque deve ser dado? e, finalmente, a questão principal, o que é que não há de essencial na Casa das Letras em Cabrela? Esta questão, que não foi colocada, foi, de certeza, a mais difícil de responder por quem não a fez.

Dias mais tarde, em mais uma tarde quente de verão, na cidade grande do Alentejo, Évora, descobri.

Não vi cadernos, faltam lápis em todos os lugares para que possamos, na hora, no minuto, anotar o sentimento que nos ataca, para depois, ao fim de cinco dias, fazermos uma história, um conto para ficar perpetuada, em Cabrela, a nossa passagem.

Hoje termino eu

Juntos pelo Alentejo



Saúdo a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo pelo oportuno lançamento de um projeto editorial que, como o seu título indica, pretende mobilizar as instituições e a sociedade civil para a missão de desenvolvimento e crescimento responsável da nossa Região. Foi com satisfação que aceitei escrever este texto, que se insere num percurso pessoal de compromisso com a região e com o seu futuro, que já tem muitas décadas.

Os conceitos, os projetos, os investimentos e as iniciativas de desenvolvimento têm vindo a melhorar muito na nossa Região, mas continuam a sofrer com a fragilidade da coesão e da coordenação interna, necessárias para tirar todo o partido da ambição acrescida.

Enquanto Região, elegemos, apenas, 8 dos 230 deputados à Assembleia da República. O contraste entre um território vasto e um povoamento anémico, filtrado por um sistema eleitoral baseado no número de eleitores e não no número de Km² é brutal e desafia-nos a trabalhar juntos pelo Alentejo e a não ceder a tentações de fragmentação regionalista com as quais ninguém ganha vantagem.

A nossa região tem quatro sub-regiões naturais, geradas pela geografia, pela história, pela economia e pela sociologia; o Alto-Alentejo, o Alentejo Central, o Baixo -Alentejo e o Alentejo Litoral. Quando esta partição natural conduz a rivalidades internas, então o poder externo da Região, já minguado pela demografia, esvai-se de um sopro. Quando se fomentam sinergias, o poder de influência e projeção cresce o necessário para que a “missão Alentejo” se consolide e seja bem-sucedida.

Foi no contexto de um programa integrado de desenvolvimento da Região (Proalentejo), gerido por uma Estrutura de Missão a que presidi e que envolvia os principais decisores e atores regionais, que foram desenhados e concretizados aqueles que são, ainda hoje, os grandes investimentos estruturantes para o desenvolvimento da Região.

A implementação do Proalentejo foi um raro momento de grande concertação entre as várias sub-regiões, que permitiu que todas elas vissem acontecer um significativo salto qualitativo no potencial de cada uma, no potencial coletivo da Região e na capacidade de concretizar no território projetos de reconhecido impacto nacional, europeu e global.

Num momento em que se anuncia o envolvimento do Alentejo e das suas instituições e organizações em parcerias internacionais de grande fôlego, seria trágico se não fôssemos capazes de dar igual vigor e consistência às parcerias internas. Juntos pelo Alentejo é o melhor caminho para cumprir uma missão que transcende a região e é determinante para o bem-estar de quem nela vive e quer ser feliz.

Texto

Carlos Zorrinho, Eurodeputado PS

Juntos pelo Alentejo é o melhor caminho para cumprir uma missão que transcende a região e é determinante para o bem-estar de quem nela vive e quer ser feliz.



Site: <https://www.ccdr-a.gov.pt/>

Facebook: <https://www.facebook.com/ccdralentejo>

Twitter: <https://twitter.com/ccdralentejo>





CCDR ALENTEJO

Comissão de Coordenação
e Desenvolvimento Regional do Alentejo